



Anais da Assembléia

D.A. 226

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Hortício Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carúrio - Hidekazu Takayama - Jílilo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adar - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Hortício Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

13ª LEGISLATURA

ATA DA 139ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 1997

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Toti Colaço.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3250

Senhor Presidente.

O Deputado que o subscreve o presente, com o Presidente da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 608/97, oriundo da Mensagem Governamental nº 076/97, que autoriza a redução de preço na venda de terras devolutas incorporadas ao patrimônio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que consta como ter passado apenas pela C.C.J., não contendo qualquer parecer da Comissão especializada desta Casa.

Esperamos analisar profundamente na referida Comissão e oferecer um parecer dentro do mais breve espaço de tempo possível.

Sala das Sessões, em 11.12.97.

(a) EDSON LINO

REQUERIMENTO Nº 3245

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado à Comissão de Educação para análise do mérito, o Projeto de Lei nº 686/97.

Sala das Sessões, em 11.12.97.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento: Péricles de Mello e Caíto Quintana.

REQUERIMENTO Nº 3246

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor ao Excelentíssimo Senhor Francelino Pereira, mui digno Senador do Estado de Minas Gerais, pelo relatório substitutivo apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal - CAE, favorável aos empréstimos internacionais do Estado do Paraná.

A iniciativa do Senador vem de encontro aos interesses do Estado do Paraná, uma vez que os empréstimos em questão, serão destinados à causas essenciais, como o Programa "Paraná Doze Meses", de auxílio aos pequenos agricultores; Projeto "Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio - PROEM" e "Projeto de Saneamento Ambiental".

Pelo fortalecimento do Estado e continuidade dos projetos desenvolvidos pelo Governo em benefício da popu-

lação paranaense, deixo registrado meus sinceros agradecimentos.

Sala das Sessões, em 11.12.97.

(a) NELSON GARCIA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 720/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senador José Fogaça.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.97.

(aa) VALDIR ROSSONI

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

ADEMAR TRAIANO

Apoiamto: Reny Borsatto, Walmor Trentini, Nelson Tureck, Cezar Silvestri, João Techy, Edson Silva Lino, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Hidekazu Takayama, César Seleme, Marquinhos Alves, Geraldo Cartário e Júlio Ando.

JUSTIFICATIVA:

Será apresentada em Plenário.

PROJETO DE LEI Nº 721/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senador Francelino Pereira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.97.

(aa) VALDIR ROSSONI

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

ADEMAR TRAIANO

Apoiamto: Reny Borsatto, Walmor Trentini, Nelson Tureck, Cezar Silvestri, João Techy, Edson Silva Lino, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Hidekazu Takayama, César Seleme, Marquinhos Alves, Geraldo Cartário, Júlio Ando e Élio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

Será apresentada em Plenário.

PROJETO DE LEI Nº 722/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ministro Pedro Sampaio Malan.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.97.

(aa) VALDIR ROSSONI

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

ADEMAR TRAIANO

Apoiamto: Reny Borsatto, Walmor Trentini, Nelson Tureck, Cezar Silvestri, João Techy, Edson Silva Lino, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Hidekazu Takayama, César Seleme, Marquinhos Alves, Geraldo Cartário e Júlio Ando.

JUSTIFICATIVA:

Será apresentada em Plenário.

PROJETO DE LEI Nº 723/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "União Municipal das Associações de Moradores de Foz do Iguaçu - UMAMFI", com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A União Municipal das Associações de Moradores de Foz do Iguaçu - UMAMFI, é uma entidade sem fins lucrativos, tendo por finalidade congregar todas as associações de moradores dos bairros do município, defendendo as suas mais justas aspirações, buscando soluções para a melhoria da qualidade de vida dos moradores daquela cidade, cujos estatutos estão registrados no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, sob nº 857, fls. 176, do dia 27.02.87.

PROJETO DE LEI Nº 124/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Será concedido, pelas empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal, desconto de quarenta por cento (40%), no valor das passagens aos aposentados e pensionistas que comprovem atender os seguintes requisitos:

- I. Idade igual ou superior a sessenta e cinco (65) anos.
- II. Renda mensal igual ou inferior a três (03) salários mínimos.

Art. 2º - Para fins de comprovação dos requisitos previstos no artigo anterior, será emitida credencial pelas entidades representativas de aposentados e pensionistas legalmente constituídas e filiadas à Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Paraná - FEAPPAR.

§ 1º - A credencial referida no "caput" deste artigo será emitida à vista de cópias autenticadas do documento de identidade do interessado e de comprovante atualizados dos valores por ele recebidos a título de aposentadoria ou pensão, que serão retidos pela entidade emissora.

§ 2º - A FEAPPAR deverá elaborar modelo de credencial, que deve conter, obrigatoriamente, foto, número de identidade e número de CIC do beneficiário, bem como nome e endereço da entidade emissora.

Art. 3º - O desconto de que trata esta lei será concedido mediante apresentação da credencial de que trata o artigo anterior quando da aquisição da passagem intermunicipal, limitado a três passageiros por viagem.

Parágrafo Único - O desconto previsto no "caput" do Artigo 1º não será concedido na aquisição de passagem dentro da Região Metropolitana de Curitiba e para viagens interestaduais.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.12.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Busca a referida proposição diminuir o custo do transporte para os idosos com baixa renda mensal, facilitando sua locomoção, uma vez que muitas viagens praticadas por eles, destinam-se principalmente a tratamento médico especializado fora dos seus domicílios e em cidades com maior porte e infra-estrutura, e até os incentivará a viajar mais.

As empresas concessionárias do transporte intermunicipal do Estado do Paraná, com a aprovação deste projeto em pouco serão oneradas, de vez que saldo feriado de fim de ano, carnaval e alguns outros, trafegam na sua maioria com um número bem menor que a capacidade dos ônibus, e ao final se beneficiarão, tendo em vista o aumento de passageiros.

Face ao exposto e devido ao relevante caráter social deste projeto de lei, é que entendemos justa e correta a sua aprovação, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO O Senhor Presidente, Senhores Deputados. professores, funcionários da escola pública paranaense presentes nesta sessão, senhoras e senhores.

Queremos lamentar, em nome do Partido dos Trabalhadores, que o Governo tenha a desfaçatez e a ousadia de mandar para esta Casa de Leis, no apagar das luzes deste período legislativo, na calada da noite, um projeto que altera profundamente toda a história, o método, a forma com que o poder público em nosso Estado e em nosso País se relaciona com a educação do serviço público.

Não podemos aceitar que um projeto como o "PARANÁ EDUCAÇÃO" seja colocado nesta Casa sem nem um tipo de discussão com os Deputados e com a parcela mais interessada, que são os estudantes, os professores da Rede Pública Estadual.

Até me envergonho, como Deputado - soube deste projeto anteontem, tal a pressa, a urgência com que o Governo Lerner remeteu a esta Casa de Leis. Soube que existia este projeto quando foi discutido na Comissão de Constituição e Justiça, em regime de urgência - o projeto vem à votação sem ao menos

Curitiba, quinta, em 11.12.97

passar pela Comissão de Educação, presidida pelo Deputado Irineu Colombo.

Isso fere qualquer método democrático, é um desrespeito completo, absurdo e total ao direito de participar da comunidade paranaense. Não podemos, em hipótese alguma, aceitar este método imposto pelo Governo Jaime Lerner para implantar reformas que seguem o modelo neoliberal, que na verdade, esse tipo de reforma já está escrita na proposta estratégica para a reforma brasileira, escrita por Bresser Pereira, do Governo Fernando Henrique Cardoso, que é a implantação das chamadas "Organizações Sociais do Serviço Público".

Temos alguns exemplos desse método, alguns exemplos trágicos, e o mais recente é o PROEM.

O projeto foi se fazendo dentro do aparelho do Estado, sem consulta aos professores, aos estudantes, funcionários, sem consulta ao Fórum da Escola Pública, que tinha todo um período de reflexão aprofundados sobre a questão do Ensino Médio no Paraná e no Brasil. O projeto veio a esta Casa, conseguimos, a nível da resistência, da organização da humanização dos professores, funcionários e estudantes, alguns recuos. Mas, o projeto acabou sendo implantado sem discussão. O Governo pressionou diretores de escolas, dizendo que aqueles que não assinassem, não aderissem ao PROEM, não extinguiriam-se sumariamente os cursos técnicos, que por mais problemas que tivessem, tinham uma história por trás deles. Esses diretores foram pressionados a extingui-los, caso contrário, não receberiam recursos do PROEM.

Pasmem os senhores! Recursos que até hoje não existem, porque o Governo implantou um projeto sem ter aprovado e recebido os recursos internacionais que hoje estão parados. E acabou com algumas experiências de extrema importância para o Paraná, como é o caso do curso do Magistério. Ponta Grossa, que é a minha cidade, tinha um Instituto de Educação que se extinguiu, simplesmente, e se transformou em Educação Geral.

Extinguiu-se sumariamente uma longa tradição dos Colégios Agrícolas, que são vários no Paraná. Ponta Grossa, o Colégio Augusto Ribas, de longa tradição, vinculado à Universidade, simplesmente foi extinto, sem profunda

discussão. Como é que está, hoje, a situação do PROEM? Não existe recurso para implantar o programa.

Não podemos aceitar esse método de colocar as reformas à força, aproveitando-se de uma maioria que existe aqui na Assembléia Legislativa e destruindo a metodologia democrática, que é o debate e a reflexão profunda com a participação de todos em qualquer mudança que possa acontecer na educação do Paraná e do Brasil. Apresentamos uma proposta, depois de um longo estudo científico de assistentes sociais em Londrina, criando o Serviço Social nas escolas do Paraná, para que a escola tivesse, a cada duzentos alunos, uma assistente social, para transformar a escola num centro de cidadania, para que o professor pudesse se dedicar à questão pedagógica.

O projeto veio para esta Casa, foi votado em primeira discussão, logo a seguir o Líder do Governo tirou o projeto para discussão e ele não veio mais à tona. Fizemos reunião com o sindicato, os órgãos de educação. Questionamos algumas injustiças que são vítimas os funcionários, como é o caso do difícil acesso, o adicional noturno. Entramos com um projeto de lei autorizatório. O projeto também foi votado em primeira discussão, logo depois a Liderança do Governo retira o projeto e até hoje não foi votado.

Não podemos aceitar este tipo de atitude. O que quer o Governo Jaime Lerner ao instituir o PARANACIDADE, senão criar dois regimes de trabalho e progressivamente destruir o regime existente, que é o regime do concurso público? É o regime que o professor está lutando há muito tempo para conseguir uma percentagem de horas, para trabalhar em atividades extra-classe. Todo um projeto social e coletivo colocado em discussão com os Parlamentares, com o Governo Federal e Estadual. Tudo isso, me parece, que o Governo quer deixar de lado, e ao mesmo tempo criar um outro regime de trabalho, que é o regime CLT. O PARANACIDADE contraindo na hora que bem entender, da forma que melhor lhe convier, demitindo da mesma maneira, criando dois regimes paralelos e desvalorizando o regime que já existe, que é objeto de busca social intensa, profunda e arraigada na consciência dos professo-

res, funcionários e mesmo dos estudantes.

O Conselho do PARANACIDADE é absolutamente autoritário, porque além da maioria dos conselheiros serem escolhidos pelo Governador do Estado, serem seus secretários, um outro conselheiro é escolhido pelo Ministério da Educação, um outro por organizações patronais. Não se fala, nem se coloca a questão da organização dos trabalhadores, como se esses fossem letra morta na concepção de mundo, propugnada pelo neoliberalismo. É triste estarmos nesta Casa tendo que votar um projeto que nem pela Comissão de Educação passou. O mínimo que temos que exigir do Governo e da Bancada do Governo, nesta Casa, é que respeite a democracia, respeite os princípios básicos da discussão, da participação dos interessados, que este projeto saia da sessão de hoje, vá para a Comissão de Educação, passe por um longo processo de discussão com os professores, funcionários e estudantes, para que possamos colocar um rumo para a escola pública paranaense, de acordo com nossas tradições democráticas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou terminando de ler um livro chamado: "O horror econômico", de uma escritora francesa. Existem algumas questões basilares que caem como uma luva ao que está acontecendo em nosso Estado e em nosso País: a total inversão dos valores; os mínimos direitos são considerados privilégios; os grandes privilégios consegue se passar para a consciência da sociedade como fossem direitos. Ninguém mais questiona a corrupção desenfreada, o favorecimento a grandes grupos econômicos multinacionais com cem milhões de dólares, ao passo que a mínima luta por um direito passa a ser considerado um privilégio inaceitável.

Vou ler alguns trechos que sublinhei:

"...isentar de críticas as castas abastadas dirigentes para sempre esquecidas, mas acusar certos grupos desfavorecidos de ser menos desfavorecidos que outros. Em suma, de ser um pouco menos humilhado, considerar as humilhações um modelo sobre o qual alinhar-se. Em suma: considerar normal o fato de ser humilhado, considerar também privilegiado uma espécie de aproveitadores, aqueles que ainda têm

trabalho, mesmo sub-remunerado, considerar norma, portanto, o fato de não ter trabalho, indignar-se pelo egoísmo dos trabalhadores. Essas satrapas, que se recusam a dividir o seu trabalho, mesmo sub-remunerados com aqueles que não têm. Mas não entender essa exigência de solidariedade a distribuição das fortunas e dos lucros, o que hoje seria considerado insano, obsoleto e ainda por cima mal-educado."

Há um processo monstruoso de denominação ideológica no nosso Estado. Se discutirmos as coisas desse Governo, vamos ver claramente a inversão de valores em todas as atitudes que o Governo realiza. Vamos voltar à tribuna desta Casa, estamos fazendo alguns estudos, por exemplo, do "Anel de Integração", que tem sido alardeado em todo o Paraná, como salvação e modernização da infra-estrutura do Estado. Vamos poder provar que isso é a maior tragédia do Estado do Paraná, porque nunca vi.

Fui Vereador em Ponta Grossa, e criticava a Viação Campos Gerais, que é o monopólio de ônibus, mas lá, pelo menos, a empresa compra ônibus antes de receber dinheiro do povo. Aqui, é ao contrário: a duplicação de Castro a Jaguariaíva vai demorar 12 anos, quando Castro e Pirai do Sul já tem até plenagem feita, e os empresários, os consórcios que vão duplicar começam a receber dinheiro do povo paranaense no mês de maio, vão receber dinheiro durante 12 anos, para terminar a duplicação de 100 km de estrada.

Então, toda esta inversão, a qualidade enorme de recursos dados a grandes empresas... Agora, o caso da empresa que investiu na Detroit, que vai investir 30 milhões - desse dinheiro, 10 milhões o Governo doou para a empresa, emprestou para pagar em 10 anos, em uma parcela sem juros e correção monetária, daqui a 10 anos nada mais significa este valor, vai tentar destruir aqueles mínimos direitos dos trabalhadores, fundamentais para o processo de desenvolvimento do Paraná, que são os professores e funcionários de escolas. Isto está destruindo tudo e impede de serem aprovados aqueles projetos que tentam ampliar os direitos para assegurar uma escola democrática e mais fraterna, e melhor para os nossos filhos e para o nosso desenvolvimento.

Não podemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, aceitar este tipo de método para destruir e fragilizar a luta dos professores e funcionários, que tanta história têm a nos dar exemplo ao nosso Estado.

Por isso, faço um apelo a Banca da Governista, em nome do sentimento da democracia, em nome da participação da comunidade interessada na questão educacional, que retiremos de pauta este projeto, pelo menos que ele passe pela Comissão de Educação para depois de um amplo processo democrático de aprofundar a discussão, possamos aqui, fazer a verdadeira discussão que este Parlamento deve fazer.

Requeri, oralmente, Senhor Presidente, vamos fazer agora com os outros Deputados do PT, um Requerimento pedindo a suspensão da tramitação deste Projeto PARANÁ EDUCAÇÃO, para que a Comissão de Educação possa dar o parecer.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Senhor Presidente e Senhores Parlamentares.

Estamos em fase de final de ano e estamos recebendo nesta Casa várias Mensagens do Governo, umas de atualização e equalização do Orçamento, outras de extrema importância para o processo educacional de nosso Estado.

O PARANÁ EDUCAÇÃO foi um projeto através de Mensagem do Governo, que aportou nesta Casa e que só tivemos conhecimento no início desta semana, e vem trazendo e possibilitando transformações, as quais não conhecemos. Transformações estas que precisaríamos de tempo para analisar, para permitir que pudéssemos fazer uma votação consciente, e através deste processo oferecer ao Paraná mais uma saída.

Precisamos sim - e reconheço que o Governo do Paraná precisa - atualizarmos nos novos tempos e não passar pelo "rolo compressor" as informações que querem dentro desta Casa e para a sociedade.

É impossível que cada um dos Senhores Deputados possam dizer em sua consciência: "Eu tenho condições de votar, porque sei o que vai acontecer

com a educação do Paraná nos próximos anos".

Não existem hoje condições factíveis de ser discutido esse projeto nesta Casa, porque não conhecemos com certeza, este projeto. Sabemos das informações que foram passadas pela imprensa e pelo Governo, mas não temos o filtro da sociedade para conhecermos os educadores e o segmento da educação do Paraná. Não se pode votar um projeto desta envergadura e que vai permitir as transformações que ele propõe ao Paraná, sem que tenhamos discutido e conhecido a sua amplitude e consequências.

É por isso, Senhor Presidente, que solicitamos a retirada - não nos negamos votar com consciência, especialmente quando se trata do processo educacional. Não é uma obra que se vai construir, que amanhã ela pode ficar obsoleta, pode ser inadequada, amanhã podemos não precisar, ele pode ser readaptada, mas o processo de educação não é feito na véspera e levamos tempo para recompor os desastres que provocamos no processo educacional, e com certeza, se não tivermos consciência do que estamos fazendo, evidentemente não podemos também ter condições de votar um projeto desta envergadura.

Haja visto o que vem acontecendo com o PROEM: foi nesta Casa discutido, trazido à luz do que com certeza eram as consequências do PROEM. Respeito o Governo por ter tomado a iniciativa. Precisa ser remodelado o curso médio em nosso País e em nosso Estado. Precisamos atualizar os cursos profissionalizantes, mas precisa ser feito com planejamento, com visão de horizonte, para sabermos onde vamos aportar, a partir de nossas decisões. O mesmo está acontecendo com o PARANÁ EDUCAÇÃO, não tem discussão, não se passou pela Comissão de Educação desta Casa!

Senhor Presidente, Deputado Irineu Colombo: não foi encaminhado à Comissão de Educação! Como querem que um projeto da maior envergadura, como é o PARANÁ EDUCAÇÃO tramita nesta Casa, sem que sequer tenha passado, tenha sido apreciado pela Comissão de Educação? Ora, é um desrespeito muito grande para com o processo educacional de nosso Estado e nós, Deputados, estamos patrocinando! É impossível e

inadmissível que conscientemente tomemos essa atitude!

Espero, Senhor Líder do Governo, Valdir Rossoni, que Vossa Excelência oriente a votação no sentido da retirada, para que tenhamos tempo para discutir. As atualizações são necessárias, mas não reconhecendo, inclusive, a função desta Casa, das suas Comissões Permanentes. E, por isso, espero que o Deputado Valdir Rossoni encaminhe a votação junto à Presidência da mesa, no sentido da retirada da pauta do projeto, e que ele, inclusive, permita a todos nós, Deputados, o voto da consciência. Temos uma história já fatídica, quando damos um passo, dois passos para frente na educação, temos que dar dois ou três de lado e um para trás. Por quê? Pela falta de planejamento. É uma irresponsabilidade nossa se fizermos isso hoje. Espero que os Senhores Deputados tenham esta consciência e que possamos fazer o melhor de nós com relação à educação do Estado do Paraná e assim espero da Mesa e da Liderança do Governo, uma atitude.

Obrigado!

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PT.

Com a palavra, o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É muito ruim encerrarmos o ano legislativo tratando de uma matéria tão polêmica, aliás, não tratando de uma matéria tão polêmica. Porque, no final do período legislativo, quando todos os Deputados têm as suas atividades já programadas para o encerramento do período: prestação de contas, organização do final - do ponto de vista legislativo - dos gabinetes e a pauta saturada por vários e vários projetos do Governo tentando acertar o Orçamento, suplementação de verbas dos Deputados, etc., temos um projeto de tal relevância, de tal envergadura, sem a discussão necessária, sem ouvir a comunidade escolar, sem ouvir os professores, os funcionários, os pais e os estudantes!

Senhores Deputados, a educação pública e gratuita foi uma conquista da própria história, e - pasmem os senhores - foi uma exigência do período iluminista da Revolução Francesa - da burguesia. Porque, naquela ocasião, a aristocracia era quem tinha a educação fornecida pelo clero. Exigia-se entre tantas outras reivindicações, o processo revolucionário francês, que a educação fosse pública e gratuita, porque entendiam que desta forma estariam investindo naqueles que não tinham vagas na escola, porque as escolas eram limitadas para a aristocracia.

Mas, me parece que no Estado do Paraná se constrói a contra-história, porque na medida em que apontamos para a educação, ofertada em grande escala, pública e gratuita, de qualidade, em todos os rincões temos um processo de empresariamento da educação pelo próprio Estado do Paraná.

Educação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é o mesmo que investir em qualidade de vida. Na medida em que oferecemos para toda a sociedade educação de primeiro grau, ensino fundamental, ensino médio, educação superior, todos estaremos fazendo convivência num ambiente muito melhor, todo mundo instruído. Calculem os senhores, promover um bailinho que seja e colocar um cartaz na rua onde 95% da população seja analfabeta, ninguém vai na festa. Você se comunicar com alguém, até para namorar, escrever uma carta, você precisa ter instrução. Agora, com instrução para todo o povo brasileiro, ele vai poder exigir direitos no Fórum, na Delegacia de Polícia, ler contratos, direitos do consumidor, saber que tem que fazer higiene, exigir saneamento básico, coleta de lixo, procurar um emprego melhor, saber se vira na vida, portanto, é melhoria de qualidade de vida.

Quem investe na educação, que sobrem vagas nas escolas, que tenha professor qualificado e que sobre professor - pode sobrar professor, e deve sobrar, para dar aula especial - currículo diversificado, reforço, recuperação, preparação de material didático, não importa, temos trabalho, trabalho e trabalho para todos os mestres da educação do Paraná.

A LDB, Senhores Deputados, aponta como diretriz a Lei 9.394, a educa-

ção gratuita, mas não dá recursos aos municípios, atribui tarefas aos municípios da educação pública e gratuita, desde a creche, pré-escola, ao ensino fundamental, mas não dá recursos, ao contrário, o Governo Federal, o Senhor Fernando Henrique Cardoso, tira recursos dos municípios pelo FEF, pelo Fundo de Valorização do Magistério e no Estado do Paraná também se tira recursos da educação dos municípios, porque os municípios são obrigados a transportar os estudantes do ensino fundamental, do ensino médio e do ensino superior.

O Estado do Paraná a Secretaria de Estado da Educação tem um projeto, do Deputado José Maria Ferreira, e até hoje não deu respostas a esta questão que aprovamos aqui nesta Casa, para atender os municípios e poder oferecer educação pública e gratuita.

O estrangulamento se dá, no Estado do Paraná, na oferta à educação em que pese a diretriz de pública e gratuita. Primeiro, pela tentativa no início deste Governo, da contratação de professores pelas APM's, processo que num primeiro momento os pais e Diretores de escola concordaram. Todos concordaram achando que era uma alternativa. A própria APM contratar o professor era uma boa alternativa. Passados dois meses viram que tinham entrado numa canoa furada, fizeram pressão e reverteram o processo, porque a experiência foi malfadada. Tivemos a implantação por uma resolução do PROEM, como se educação mudasse com uma canetada. O Governo do Estado, como já disse, não regulamentou o transporte escolar, não realizou concursos públicos, que é a alternativa dada a este problema que o Projeto tenta resolver, que é a contratação de professores. Pois, se fosse um Estado que se preocupasse realmente com a educação, faria concurso no primeiro ano, no segundo ano e no terceiro ano, até suprir as vagas, tantos concursos quantos fossem necessários.

Senhores Deputados, estaremos votando hoje, um Requerimento pedindo a retirada do projeto porque estas questões de mérito que estou levantando aqui sobre a política de educação do Estado do Paraná, temos que discutir na Comissão de Educação. O Requerimento está sobre a mesa, pedindo a retirada do projeto para discussão na

Comissão de Educação e queremos lá, ouvir a comunidade interessada para encaminhamento do projeto. E, se entender, a comunidade apresenta as emendas através dos seus Deputados.

Mas, do ponto de vista da legalidade, que cabe hoje a nossa discussão, queria elencar para os senhores que, primeiro: o projeto é inconstitucional porque fere o Artigo 206, da Constituição da República, que diz: "a valorização dos profissionais do ensino garantido na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos". Uma empresa não precisa fazer concurso público, que é o caso da empresa PARANÁ EDUCAÇÃO. O projeto é ilegal porque diz que é sem fins lucrativos, mas no artigo 17, em seguida diz: "recursos provenientes da venda de seus produtos e da prestação de serviços". Isto é uma atividade que gera lucro, é uma atividade de exploração comercial.

Portanto, o projeto é ilegal e inconstitucional. Além disso, o projeto trata de um aspecto constitucional da moralidade e da ilegalidade na LDB - Lei 9394, que trata da gestão pública, que a gestão pública todos os indicadores jurídicos do Brasil apontam para a paridade na gestão pública. E a paridade não está sendo respeitada pelo espírito do projeto, porque só coloca lá o setor patronal.

Mas o projeto, do ponto de vista da legalidade, quando se fala da moralidade pública e da paridade da participação da gestão pública, coloca ali os entes ligados ao Governo do Estado do Paraná.

Portanto, todas as decisões tomadas por esta Comissão que vai gerir essa empresa será uma decisão do próprio Governo. Só que vão gerir um recurso que é pulverizado, que é administrado de forma privada. Portanto, temos aí a entrega de um poder fenomenal, porque o poder numa sociedade como a nossa não é o poder formal político nem formal jurídico. É o poder econômico. Se a empresa tem dinheiro, tem capacidade de manipulação, tem capacidade de pressão, tem capacidade de intervir na escolha dos professores que vão dar aula na escola.

Portanto, o projeto tem o espírito, aponta para a imoralidade, que é

um princípio constitucional também. E tem ainda um item que diz: "setor produtivo, através das entidades patronais". Vamos colocar lá: o setor improdutivo através das representações sindicais de trabalhadores, vamos colocar nestes termos. Que absurdo um projeto destes, dizer que só tem patrão que vai produzir aqui no Brasil! E o projeto é da Secretaria de Estado da Educação, que no mínimo tinha que ser politicamente correto!

Então, Senhores Deputados, chamo à sensibilidade do Senhor Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, para a necessidade da discussão do mérito, porque esta Casa não pode ficar sem discutir um projeto de tamanha relevância e indagação.

E segundo, chamo a atenção para a ilegalidade do projeto a constitucionalidade dela. E entre os aspectos da constitucionalidade está a imoralidade quando se fala da administração dos recursos públicos de forma privada.

Era o que eu queria dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB com a palavra.
Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso a tribuna nesta manhã, para fazer um registro nos Anais desta Casa, do Editorial publicado no dia de hoje, pelo jornal "Indústria & Comércio" e que considero ser relevante para o Paraná.

Com a permissão dos Senhores Parlamentares, farei a leitura desse Editorial, para que esta Casa registre em seus Anais. E já requeiro ao Senhor Presidente também, para que envie este registro ao Diretor do jornal e também a todos os órgãos governamentais do Estado do Paraná.

Diz o editorial (Lê):

"Enfim, justiça ao Paraná"

Há exatos 538 dias o Paraná esperava a aprovação dos empréstimos externos necessários à implementação de programas vitais para o seu desenvolvimento. Eles foram aprovados ontem pela CAE. Por isso, retiramos a partir de amanhã a contagem progressiva publicada no primeira página do jornal

Indústria & Comércio. Foi um acompanhamento de um episódio dos mais vergonhosos da história política recente do Paraná. Ao longo deste tempo, dois senadores eleitos pelo Estado, Roberto Requião e Osmar Dias, adversários explícitos do governo estadual, conseguiram, com o auxílio de membros da Comissão de Assuntos Econômicos, barrar a autorização. Alegaram que o Estado não dispunha de condições para assumir o financiamento oferecido pelo Banco Mundial e pelo Japão. Exigiram a abertura dos protocolos firmados com as montadoras, queriam balancetes e mais balancetes sobre as contas do Governo do Paraná, e quando as propostas iam ser finalmente votadas, lançaram mão de todos os artifícios imagináveis para brecá-las. É triste para o Paraná, só poder ter contado com um dos seus senadores, José Eduardo de Andrade Vieira, para defendê-lo, como o fez, num voto brilhante. Foi preciso dispor da compreensão e discernimento de senadores de outros Estados para que isso acontecesse, dentre eles o sereno gaúcho José Fogaça, do PMDB, que considerou irracionais os argumentos de Requião. Um parecer da Secretaria do Tesouro Nacional recomendando a não autorização dos empréstimos, surgiu como peça de resistência, mas logo foi desmoralizado pelo próprio Ministro Pedro Malan, da Fazenda, a quem a STN é subordinada, e que enviou documento ao governador Jaime Lerner afirmando que o Paraná tem condições de assumir os empréstimos.

Passaram então para outra estratégia, na tentativa de 'empurrar com a barriga' a obstrução dos pedidos do Paraná. Pediram-se vistas ao processo, atrasando a decisão e repercutiu-se na imprensa nacional a situação 'caótica' das finanças do Estado, com base no relatório do senador Osmar Dias e no ridículo e desautorizado parecer da STN.

O que diz este parecer do Tesouro Nacional? Que o Paraná está em insolvência. Que a situação fiscal desceu para a categoria "D" porque no ano passado a folha de pagamento absorvia 76,8% da receita e, que o Estado 'entrou na contramão da tendência de austeridade que deveria presidir os gastos públicos'. Sem levar em conta

que o próprio Ministro Malan não reconhece como coerentes tais assertivas, pergunta-se: Todos os outros Estados, inclusive o Governo Federal, têm as finanças equilibradas? Só o Paraná é que não tem? Se assim fosse - o que não é verdadeiro - como explicar que outros Estados, e cite-se o caso do Rio Grande do Sul, tiveram empréstimos autorizados, e rapidamente, com parecer a favor ou contra do Banco Central ou do Tesouro? Como bem observou o secretário estadual do Planejamento, Miguel Salomão, insuspeito, porque já pertenceu ao quadro técnico do Banco Central e coordenou trabalhos internacionais pelo Governo brasileiro, esclareça-se que o Paraná é dos Estados da federação com menor nível de endividamento e dos que melhor está estruturando seu perfil para se adequar às exigências da nova ordem econômica. Ainda assim, foi o único Estado a ter tamanho grau de questionamento na CAE. Só há uma única explicação plausível para o fato: Política. Pura e simplesmente política.

A verdade é que todos os Estados passam por dificuldades econômicas. E o Paraná não é exceção à regra. Ainda assim ocupa uma situação invejável em relação à grande maioria. Atraiu investimentos industriais de US\$ 13 bilhões, está se tornando o segundo polo automotivo do País, situa-se no centro geográfico do Mercosul, promove privatizações como no caso da Ferroeste, obteve investimentos privados para o Porto de Paranaguá e há ainda a concessão da manutenção e duplicação das rodovias federais que formam o Anel de Integração das cidades principais do Paraná. Valorizou as ações da Copel e transformou isso em capitais externos sem perder seu controle. Pergunta-se novamente: Algum outro Estado pode relacionar alguma coisa parecida com estas conquistas?

Mas no caso específico paranaense vale à pena enumerar certos pontos que ajudam a compreender o porquê das dificuldades que o Paraná atravessa hoje. Em 1992 cerca de 50 mil funcionários celetistas do Estado passaram para a condição de estatutários, numa 'canetada' só, que armou a 'bomba-relógio' para onerar a folha de pagamento ao nível em que hoje se encon-

tra. E de quem era a caneta? Do hoje senador Roberto Requião. Ele promoveu aumento da despesa, e agora cobra como sendo culpa do Governo atual. Mas não é só. A situação do funcionalismo, herdada do governo Requião, era intolerável, sobretudo para os professores e policiais, que sofria, graves distorções salariais e tiveram reajustes mais significativos do que os demais. Se por um lado fez justiça, o Governo Lerner passou a sofrer a incompreensão das demais camadas do funcionalismo que não obtiveram os mesmos reajustes. Certamente os teriam, não fosse a chamada Lei Kandir, que penalizou o Paraná, retirando aproximadamente 18% da arrecadação do ICMS, ao isentar dos tributos uma série de produtos agrícolas. Justamente os que o Paraná produz, resultando numa redução de mais ou menos US\$ 300 milhões. Deve-se ainda atentar para o fato de que, a partir de 1995, houve uma acentuada queda nas atividades produtivas, decorrentes do Plano Real e os seus seguidos ajustes. O novo Pacote Fiscal, sem dúvida também refletirá no desempenho econômico. Mas esses, são fatos imponderáveis, ou seja, aqueles que não se pode prever, se acontecerão ou não, se, e como irão refletir na arrecadação. Nisso, mais uma vez, é preciso mostrar a visão errônea do Tesouro em projetar até o ano 2006 o impedimento do Paraná em tomar empréstimos. Quem poderá prever, por exemplo, o que irá ocorrer no Paraná - ou no Brasil - daqui a nove ou dez anos? A experiência dos técnicos mostra que a futurologia, aqui, só tem validade, no máximo para um ano. Caso contrário, como se poderia adivinhar, por exemplo, a derrocada da economia mexicana? Ou o baque das bolsas nacionais? Ou então os pregões despencando no chamado Primeiro Mundo, e até na Ásia? Quem diria semanas atrás que a Coreia do Sul e a Tailândia - países conhecidos como Tigres Emergentes - estariam na situação de hoje?

Se, por um lado, os 74% consumidos pela folha de pagamento no Estado do Paraná, não são recomendáveis de acordo com a Lei Camata, é oportuno lembrar o que argumenta sábia e ponderadamente, a equipe do governador, que o Paraná articulou um esforço nestes

três anos de Administração Jaime Lerner para garantir o equilíbrio e gerar cerca de 480 mil empregos diretos e indiretos, decorrentes do circuito de industrialização e do intenso programa de obras que desenvolve.

Por tudo isso, é que se chega à conclusão cristalina e meridiana: trata-se de política. Mas prevaleceu a verdade e finalmente foi feita justiça ao Paraná."

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Em nome do PMDB vou me privar, Deputado Traiano, de responder a essa matéria, porque é uma matéria da imprensa, o pensamento do editorial do jornal, que necessariamente não precisa refletir a verdade. Não vou contestar, no entanto, até porque temos um assunto a ser votado no dia de hoje e nosso espaço é pequeno.

Acredito que o processo de governar, dentro do princípio republicano e da boa democracia, é tomar iniciativas que tragam bem-estar, desenvolvimento, harmonia entre os cidadãos. Não há razão nenhuma para que medidas administrativas não sejam tomadas em consonância com o desejo das categorias.

Ora, estamos vivendo na plenitude do regime republicano e democrático, e estamos, cada vez mais, exigindo que as categorias dos servidores públicos compreendam o grande momento que se vive no País e dêem a sua cota de colaboração para que haja uma melhoria de qualidade de prestação de serviço do servidor público para com a sociedade.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a votação do PARANÁ EDUCAÇÃO, da forma como está sendo colocada, no Paraná, contraria todo e qualquer princípio da boa discussão administrativa. Não é possível que se imagine que quem queira qualidade de serviço prestado para a comunidade, não seja capaz de ouvir o segmento responsável por essa prestação de serviço. Passar, aqui na Assembléia, empurrado pela maioria absoluta que o Governo tem, pode passar, sancionado

pelo Governador, poder sancionar, criar o PARANÁ EDUCAÇÃO, poderá criar, mas o benefício da qualidade da educação prestada para o filho do paranaense, esse dependerá do professor! Nenhuma lei, nessa Casa, será capaz de melhorar a qualidade do nosso ensino, senão passar, diretamente pelo professor, na sala de aula!

Questiono-me qual o encaminhamento a ser dado pelo PARANÁ EDUCAÇÃO. Recentemente o Congresso Nacional votou a quebra da estabilidade do servidor, na sequência criamos uma empresa, que até hoje não pude entender, que tipo de empresa, que situação jurídica a norteia. Se a PARANÁ EDUCAÇÃO é pública, se é privada, e tantos e tantos outros. Gerenciamento de recurso público por uma entidade classificada como privada.

Pergunto aos Senhores Parlamentares, se na sequência começarmos a afastar ou demitir professores, baseado no critério da quebra da estabilidade, da má prestação de serviço, do excesso de professor, visto que, inclusive em algumas cidades do interior, pequenas escolas estão sendo agrupadas com a nuclealização. É possível fazer isso? Se é possível, não poderá ser feito isso e ao PARANÁ EDUCAÇÃO passar a contratar, pela outra porta, professores em que ela tem interesse? Pergunto-me se o argumento é que se os concursos públicos têm sido feito para contratação de professores e não preenche a vaga, será que a elaboração desse concurso não estará sendo mal feita? Porque se esse professor que não passa no concurso para professor, passa num vestibular para 3º grau! Quem sabe se não é exatamente o concurso que está sendo mal elaborado? Mas digamos que esteja bem elaborado, de onde o PARANÁ EDUCAÇÃO vai contratar pessoas? Não é exatamente desta massa que não passou no concurso? Que melhoria de qualidade vai se dar? Se aquele que não passou pela porta do concurso pode ser contratado pela porta de uma contratação celetista!

Então, não estamos pensando pelo lado da qualidade da educação! Pergunto-me mais uma coisa, que não ficou entendida: e o lado da universalidade do concurso? Será que o professor contratado, lá na minha cidade de Planalto, será contratado pelo mesmo critério do professor contratado em Ponta

Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel? Será o mesmo concurso? A qualidade destes professores será a mesma? Ou teremos uma distinção, mais uma vez, que o filho do morador de uma cidade do interior seja condenado a ter um ensino também dentro do grupo que ali tem? E aqui não é questão de política, de Partido, de Governo ou de Oposição, as escolas irão contratar os professores pelas mais variadas razões. Poderão não obedecer o princípio maior, que é o princípio, exatamente, do concurso, universal, para que se possa ter a contratação dos nossos professores.

Poderemos repetir Faxinal do Céu, onde pela contratação, professores de fora vem em substituição aos nossos professores, com uma realidade educacional completamente diferente da nossa!

Então, Senhor Presidente, Vossa Excelência, Presidente Anibal Khury, sofreu e hoje faz parte do seu currículo, agruras de uma regime de ditadura, cassado o direito do exercício da atividade política. Tantos e tantos de nós sonhamos com o princípio da democracia, onde a ampla discussão pudesse nos levar a todos os cidadãos; políticos, servidores, governo, a encontrar o melhor caminho.

O apelo que fazemos a Vossa Excelência, é que não atrole a votação desse projeto. Nos permita uma ampla discussão, para que possamos entender, por exemplo, que um artigo deste projeto diz que os recursos provenientes do PARANÁ EDUCAÇÃO vêm dos setores da venda dos seus serviços. Ora, a nossa própria Constituição veda o Estado de comprar serviço de terceiros que ele possa oferecer! E a educação é uma exigência constitucional. Tanto que é um percentual mínimo que tem que ser aplicado pelo poder público na gratuidade do ensino. A exigência da norma da Constituição Federal é de que haja concurso público para a entrada, promovido pelo Estado.

Senhor Presidente, vamos discutir mais. Se Vossa Excelência tem, na Ordem do Dia a votação da constitucionalidade - embora tenhamos votado sistematicamente contra, porque achamos que não é constitucional - não venhamos votar na sequência esse projeto, sem darmos oportunidade de que os profissionais da área, os Parlamentares,

possam colocar as suas dúvidas em ordem.

Espero esse alto espírito democrático de Vossa Excelência, e que tenhamos maior tempo para discussão desse assunto.

Obrigado.

(Aplausos)

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do PFL.

Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Senhor Presidente, Senhores Deputados,

O Estado do Paraná amanheceu "peefelizes" pelo resultado da votação, ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, onde colocou e autorizou o Estado do Paraná a contratar os empréstimos que há mais de 500 dias está tendo dificuldades de tramitação dentro do Senado Federal.

Nós, paranaenses, que temos interesse no desenvolvimento do nosso Estado, temos que nos curvar a Senadores que, dentro da Comissão defenderam os interesses do Paraná. Senadores que não são do nosso Estado do Paraná, foram eleitos por outros Estados e fizeram a defesa do nosso Paraná, entendendo que aquilo que o Governo do Estado pedia, para poder contratar empréstimos já negociados e praticamente prontos a nível internacional, não estava tendo a autorização daquela Comissão.

Quero falar em três Senadores que tiveram a presença de suma importância: Senador Francelino Pereira, que apresentou um voto em separado, onde, através do mesmo foi possível se colocar em votação a sua proposição e automaticamente foi aprovado por quinze Senadores. O Senador José Fogaça, do PMDB do Rio Grande do Sul, Senador que colocou posições a favor do nosso Paraná. Enquanto representante do mesmo Partido, o Senador paranaense lá defendia para que não fosse autorizado esses empréstimos para o nosso Estado. Tanto do PMDB como também o Senador do PSDB.

Temos também que falar do Ministro Malan, o qual trabalhou a favor, entendendo e vendo que o Estado do Paraná tem condições de contratar estes empréstimos, sendo que os mesmos

são de suma importância para o desenvolvimento do nosso Estado. E a capacidade do endividamento do Estado tem condições de contratar os valores que foram solicitados.

Quero falar também do vice-Presidente da República, Senhor Marco Maciel, que teve uma presença importante, um contato direto com o nosso Governador do Estado, onde ajudou - dentro da articulação do Senado Federal - fazer com que fosse aprovado no dia de ontem, com tranquilidade, depois de uma ampla negociação e conversação dentro dos Partidos que ali votaram, em especial o Partido da Frente Liberal.

Quero falar do Presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, que teve o empenho direto que o Paraná fosse beneficiado com autorização para poder contratar também estes montantes.

Os números das votações, as posições dos Partidos que vieram a dar essa autorização, dando vitória aos assuntos econômicos, foi de sete Senadores do PFL que lá votaram a favor; quatro Senadores do PMDB; dois Senadores do PSDB; 1 Senador do PP e um Senador do PTB, mostrando que a maioria que estava presente entendia por bem que o Paraná tem condições, como aprovaram no dia de ontem, de contratar esses recursos.

Concedo a palavra ao Senhor Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Agradeço o aparte concedido.

Hoje o Paraná tem uma resposta, o porquê que o Deputado Anibal Khury, numa posição cômoda dentro do PTB, começou há algum tempo atrás, arregimentando alguns companheiros, seus amigos para fortalecer o Partido PFL do Paraná, que com todo o respeito ao Plauto, que é Líder e outros Deputados aqui do PFL, mas o Partido não tinha expressão no Paraná como tem hoje, após o movimento e o trabalho do Deputado Anibal Khury.

Então, a resposta, creio eu - porque o Deputado Anibal Khury não é de comentar este assunto, não abordou este assunto conosco - mas eu indagava ao mesmo porque sair do PTB, que é um Partido que praticamente é comandado pelo Paraná e entrarmos num Partido de uma força, de uma expressão tão grande

a nível nacional, sendo que aqui no Paraná, o Governador, naquela época não era do PFL. E o Anibal Khury nos dizia: "Está na hora do Paraná participar do bolo desse País. Não é justo que os recursos estejam sendo canalizados somente para outros Estados. Está na hora de levantarmos a bandeira do Paraná". Então, quero cumprimentar aqui - e certamente o Deputado Anibal Khury - pela visão que teve mais uma vez, se confirmando, e se auto afirmando, hoje sem dúvida nenhuma, como grande mestre da política do Paraná.

Com respeito ao endividamento, Deputado Plauto, se o Governo Federal que agora passará a ser o avalista de quinhentos milhões de empréstimo, se o Governo Federal pagasse o que deve ao Estado do Paraná, certamente que o Governo do Estado não precisaria desse empréstimo. Porque até a Central do Paraná e tantas outras obras federais, como esse que liga a Joinville, se fossem reembolsadas pelo dinheiro do Governo Federal que deve ao Paraná, estaríamos talvez até emprestando dinheiro e não pedindo dinheiro emprestado.

Então, quero uma vez mais, enaltecer o PFL antigo, e dizer que nós também entramos num PFL para nos associarmos pelo bom do nosso Estado, pelo bem do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Muito obrigado, Deputado Geraldo Cartário.

Vou conceder aparte ao Deputado Élio Rusch.

O Sr. Élio Rusch - Deputado Plauto Guimarães, Líder do Partido da Frente Liberal, que ocupa neste momento, espaço do nosso Partido, para relatar em breves palavras aquilo que aconteceu ontem na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República. Os empréstimos que o Paraná está pleiteando para três grandes projetos de interesse da população do nosso Estado, quer no saneamento básico, quer na educação, ou quer mesmo para a agricultura, beneficia segmentos importantes da nossa sociedade.

Os projetos estão sendo elaborados com todo o cuidado, foram seguidos todos os trâmites necessários, diversos pareceres, diversas alterações e

de repente nos deparamos com um problema no Senado da República, envolvendo Senadores, infelizmente do nosso Estado, que se manifestaram contrários ao projeto, aos empréstimos e eles se manifestando contrários aos empréstimos, por extensão foram contra o desenvolvimento do nosso Estado.

Mas, felizmente, o Governador Jaime Lerner, através das Secretarias de Planejamento, da Fazenda e também da Casa Civil que estiveram, praticamente acampados na Capital Federal nos últimos dias, levando todos os documentos que poderiam mostrar as eventuais dúvidas que existiam para os Senadores que levantaram erroneamente, como disse hoje de manhã o Secretário da Fazenda, Giovani Gionédís, que participou do "Bom Dia, Paraná". Se não fosse, Deputado Anibal Khury Senhores Deputados, Senhora Deputada e professores que estão aqui nas galerias, se não fosse os Senadores dos outros Estados - como bem disse Vossa Excelência, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e de outros Estados - que estiveram ao lado do Paraná durante os últimos dias, principalmente ontem à tarde, na Comissão de Assuntos Econômicos, com certeza quem estaria perdendo seria o Paraná.

Felizmente os Senadores dos outros Estados e também o Senador José Eduardo - que devemos elogiar, pois ele defendeu, mostrou por que ele foi para o Senado. Se vim para a Assembleia, não foi por minha vontade. Vim ocupar uma cadeira aqui na Assembleia Legislativa, para defender interesses da nossa sociedade, dos municípios, acima de tudo, o interesse da nossa região e toda a população do Estado do Paraná. Agora, se os Senadores foram eleitos pelo voto popular, devem assumir a cadeira no Senado da República, para defender os interesses dos seus Estados.

Há alguns meses atrás, formamos uma caravana, com mais de duzentos paranaenses, para convencer, levar documentos aos Senadores da República. Chegando lá fomos tomados de surpresa por diversos Senadores. O Senado da República nunca viu, na história do Senado, um Senador de Estado se contrapor aos interesses do seu Estado. Quero que fique registrado, diversos Partidos estiveram defendendo o Estado do Paraná, inclusive o Senador José

Fogaça do PMDB do Rio Grande do Sul. Se não fosse a presença, se o PFL não tivesse usado o poder que ele tem hoje no Governo Federal e no próprio Senado, com certeza o Paraná estava a merecer.

Hoje podemos respirar, de certa forma, aliviados, porque passou na Comissão de Assuntos Econômicos. O próximo passo é o Plenário do Senado da República. Uma coisa tem que ser registrada, a participação efetiva destes três Senadores: José Fogaça, Francelino Pereira e do Ministro Malan, além do Presidente do Senado da República, Antônio Carlos Magalhães - o seu filho, que é Líder do Governo, teve uma participação fundamental. O Líder do PFL, Deputado Inocêncio de Oliveira, o vice-Presidente da República, Marco Maciel. São estas as lideranças que o Paraná não pode esquecer. Devemos dar méritos para quem merece. Acredito que, daqui para frente, o Paraná separará o joio do trigo. Saberá separar quem defende os interesses do Paraná e quem é contra os interesses do nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Não poderia esquecer dos três Secretários do Paraná que estiveram lá em Brasília por vários dias, defendendo os interesses do nosso Estado: Secretário Giovani Gionédís, Rafael Greca e o Secretário Miguel Salomão. Lá estiveram esclarecendo as dúvidas que os Senadores tinham com relação ao número e as finanças do Estado do Paraná.

Não podemos deixar de falar da Bancada Federal do Partido da Frente Liberal e também do PTB, que esteve direto, defendendo os interesses do nosso Estado, para que fosse autorizado no dia de ontem.

Hoje, o Paraná, realmente está feliz, e vemos nesse próximo ano uma execução em várias áreas do nosso Estado, de aplicação de recursos que o Paraná vai tomar lá fora e aplicar em tão importante área, como serão destinados esse dinheiro.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Consulto a Liderança do Governo se fará uso do seu horário.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pala-
Orden) - Embora não tenha me
concedido o parte, mas queria cumprimen-
tar o Deputado Plauto, pela mais
nova aquisição do PFL, que foi o Pre-
feito Jocelito Canto, de Ponta Grossa.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Concedo a palavra ao Deputado
Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presi-
dente e Senhores Parlamentares.

Antes de fazer aqui um rápido
pronunciamento, gostaria de dirigir-me
ao Deputado Romanelli, ao ilustre De-
putado Vanhoni, ao Deputado Caio
Quintana e ao Deputado Pessuti. Gosta-
ria que, ao fazer o meu pronunciamen-
to, de dar-lhes a certeza de que darei
oportunidade para que Vossas Excelên-
cias tenham condições de me apartear,
para que não ocorra como tem ocorrido
nos últimos pronunciamentos, deste
Deputado, que Vossas Excelências têm
se agitado.

Observei ontem, pelo Senado da
República - acredito que isso foi co-
piado - esta irritação, quando se fala
algumas verdades, acredito que o Depu-
tado Ângelo Vanhoni não tenha copiada,
porque o Senador Eduardo Suplicy on-
tem, apesar de ter votado contra, man-
teve uma tranquilidade! Mas acredito
que esta agitação e este nervosismo
repentino, que os Deputados ontem ti-
veram e que provavelmente terão hoje,
foi copiado dos dois Senadores do Pa-
raná, que, sinceramente... Quero aqui
enaltecer os três Secretários: Secre-
tário Giovani, Secretário Salomão e
Secretário Rafael, porque estes três
Secretários estavam lá, em nome do
Estado do Paraná, em nome do Governo
do Paraná, para esclarecer qualquer
dúvida que tivesse sobre a questão das
finanças do Paraná. Mas ontem, quando
tivemos a oportunidade de recebê-los,
por volta da 1:00 hora da madrugada,
no Aeroporto Afonso Pena, eles nos
contavam que se somassem todas as suas
vidas e mais o que terão daqui para
frente, somados, jamais chegarão a
soma de desaforos, de falta de respei-
to que tiveram os Senadores do Paraná,
com estes três Secretários.

Acredito, Senhores, que divergir
faz parte da democracia, mas, respei-
tar também faz parte da democracia, e
é o que faltou, principalmente aos

Senadores do Estado do Paraná. Natu-
ralmente, ressaltando a posição corre-
ta, decente, de grande paranaense, do
Senador José Eduardo, que foi, votou
favorável aos empréstimos do Paraná.

Vejam, até nós concordamos com a
posição política dos dois Senadores,
que se posicionaram contra os emprés-
timos ao Paraná. Agora, não podemos,
de forma nenhuma, aceitar o tratamento
que eles deram ao Paraná, ao nosso
Governador e aos Secretários que lá
estavam. Imaginem os senhores, se esta
Casa aqui, quando traz um Secretário
do Governo, ou convida qualquer perso-
nalidade para fazer esclarecimentos,
se formos agressivos, mal-educados,
faltando com a ética, faltando com
tudo que é importante para que uma
pessoa que representa a parcela de uma
sociedade.

Quero aqui enaltecer a paciência
que tiveram os nossos Secretários,
também o brilhantismo que eles tiveram
em esclarecer aos Senadores do Brasil,
dos outros Estados e, principalmente,
os Senadores do PFL, e que tivemos,
sem sombra de dúvida, ontem, uma gran-
de vitória.

Uma grande vitória contra as in-
verdades, as mentiras, as agressões,
porque disse muito bem o Senador Foga-
ça ontem - e por isso apresento hoje
um projeto de Cidadão Honorário ao
Senador Fogaça, porque ele teve cora-
gem de enfrentar as inverdades do Se-
nador Requião, sentado ao seu lado. E
dizem que quando se enfrenta o Requi-
ão, ele amarela, e amarelou ontem com
o Senador Fogaça, quando ele disse com
todas as letras: "Se existem problemas
econômicos com o Estado do Paraná, o
Estado do Paraná não é diferente do
nosso País e nem dos outros Estados,
todos passam por grandes dificuldades,
mas o Estado do Paraná ainda é um dos
privilegiados. Mas, se o Paraná hoje
tem problemas" - disse o Senador Foga-
ça que é do Partido do Senador Requião
- "tem problemas porque no seu governo
Vossa Excelência teve atitudes que
comprometeu a receita do Estado, com
atitudes irresponsáveis".

Como já disse aqui ontem, quando
o ex-Governador extinguiu o Fundo Pre-
videnciário do Estado. E ontem fiz a
pergunta ao Deputado Renato Adur, ele
trouxe-me o jornal de 1994, pedi a ele
que fizesse ou me ajudasse a fazer o
cálculo do que significaria hoje, nos

Curitiba, quinta, em 11.12.97

cofres do Fundo Previdenciário do Estado, se não houvesse aquela atitude no passado, da extinção do Fundo.

Procurei os técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda, ainda à noite, e eles me forneceram alguns dados: se não tivéssemos extinguido o Fundo Previdenciário do Estado, hoje teríamos aproximadamente 1 bilhão de dólares para garantir o futuro dos funcionários públicos que dependem deste fundo. E para os senhores terem uma idéia, isto recai na folha de pagamento, hoje, do Estado do Paraná.

Além disso, pedi também à Secretaria de Estado da Fazenda que fizesse um cálculo: o que significaria hoje, se existisse o Fundo Previdenciário do Estado no comprometimento da folha de pagamento? Quero dizer aos senhores e, principalmente, aos servidores do Quadro Geral, o seguinte: poderíamos dar o dobro do aumento que está sendo reivindicado pelo Quadro Geral, porque sem sombra de dúvidas, teríamos a nossa folha de pagamento menos comprometida. São números claros, evidentes, que não deixam, naturalmente, muitas pessoas felizes, porque neste momento em que se aprovam três empréstimos importantes: primeiro, o empréstimo que vai atender aos pequenos agricultores do Paraná. E é importante recordar hoje que temos uma maciça presença aqui. É importante recordar aqui que este empréstimo, para atender os pequenos agricultores, não é uma novidade do Governador Jaime Lerner, não é uma novidade no nosso Governo, é um costume do Governo do Paraná ter empréstimos para implementar programas de apoio à agricultura.

O Governador Ney Braga obteve, o Governador José Richa, o Governador Álvaro Dias também obteve e teve empréstimos e usou de recursos internacionais, e o Governador Requião também usou de recursos e de financiamentos internacionais para implementar programas de apoio à agricultura. Então, não é uma novidade que estamos implantando no Paraná, é sim, um ato de enxergar o problema gravíssimo que temos na área agrícola e procurar atender melhor esse cidadão do interior do nosso Estado.

E digo aos senhores: empréstimos que o Paraná vai pagar em 30 anos, não querendo aprovar esses empréstimos no Senado da República é, no mínimo, não

acreditar no futuro deste Estado. É, no mínimo, querer prejudicar sim, os paranaenses, porque se nós, paranaenses, achamos que - para os senhores terem uma idéia - se neste ano o Governador Jaime Lerner pagou mais de 160 milhões de dólares de empréstimos de governos anteriores, religiosamente e em dia, este Estado que eles dizem que está quebrado! Religiosamente e em dia! Este Estado que eles dizem que está quebrado! Se pagamos 160 milhões de dólares de empréstimos feitos em governos anteriores, será que o Estado do Paraná, que em um ano pagou 160 milhões de dólares, não vai conseguir pagar 500 milhões em 30 anos?

Prezados paranaenses, prezados Parlamentares, não estou ingressando nesta Casa, somente com o título de Cidadão ao Senador José Fogaça - que foi brilhante, disse tudo o que os paranaenses de boa vontade queriam dizer e por não serem Senadores não tiveram oportunidade, disse tudo em poucas palavras, com decência, com tranquilidade, como bom gaúcho que é meu pai, honrando aquela terra, ele colocou com todas as letras o Senador Roberto Requião no seu devido lugar.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Deputado Ângelo Vanhoni, pela ordem.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) -
Senhor Presidente, gostaria de fazer uma consulta ao Regimento Interno da Assembléia Legislativa, porque, em decorrência do episódio de ontem e hoje, o Líder do Governo usa a tribuna da mesma forma que ontem, e gostaria de saber se há o instituto de "Aparte Preventivo", isto é, se está no Regimento Interno, porque em outros Parlamentares existe o instituto do "Aparte Preventivo", que ele será obrigado, no tempo que dispões, de, pelo menos conceder o aparte.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - O problema de aparte é unilateral, só o orador pode concedê-lo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Valdir Rossoni já usou a tribuna por 10 minutos e mais 5 por absoluta liberalidade de Vossa Excelência. Pergunto: por qué ele não se inscreveu

no Horário do Grande Expediente para poder falar à vontade e não criar esta tensão desnecessária e não poder conceder apartes? Por que ele não fez isso?

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, estou ingressando nesta Casa com um projeto concedendo o título de Cidadão Honorário ao Senhor Francelino Pereira, que apresentou o parecer contrário ao parecer do Senador Osmar Dias. Estou ingressando, para a felicidade e euforia do Deputado Romanelli, também com um projeto, concedendo o título de Cidadão Honorário ao Ministro Pedro Malan que, de uma vez por todas, através de seu posicionamento...

(Risos)

É algo incrível a falta de respeito com o Parlamentar que está usando do seu direito regimental. Este sorriso nós até poderíamos colocar no programa "A Praça é Nossa", no sábado. É um sorriso simpático.

Senhor Presidente, concederemos o título de Cidadão Honorário ao Pedro Malan também. Quero dizer ao Deputado Romanelli que tenho duas questões que discuto com o senhor: questão partidária e questão de honestidade, em qualquer momento que Vossa Excelência quiser. Respeite-me, porque senão a questão fica um pouco mais complicada. Tenho o direito de fazer o meu pronunciamento. Estou encerrando o meu pronunciamento, mas não é possível que Vossa Excelência venha aqui ser sádico da maneira como é. E dizer também à galeria...

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Qualquer pessoa poderá assistir às sessões da galeria, contanto que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

Os espectadores que perturbarem a sessão serão compelido a sair imediatamente do edifício.

O SR. VALDIR ROSSONI - Às pessoas que estão na galeria, quero dizer a Vossas Excelências que estamos com um projeto polêmico nesta Casa e não vai ser com o tratamento diferenciado que vamos chegar a um acordo nesta questão. Estamos imbuídos de boa vontade. O Governador Jaime Lerner está procu-

rando um caminho para corrigir a situação dos servidores, que - Vossas Excelências sabem muito bem - por imposição do Tribunal de Contas e por lei, precisam ser demitidos e o Governador Jaime Lerner quer achar o caminho. Já disse ontem pela manhã e abri este canal através da Liderança do Governo, para que possamos discutir isso e chegarmos no melhor caminho e na melhor situação, aprimorando este projeto.

Então, gostaria de dizer aos Senhores Parlamentares e aos senhores que me ouvem, ao encerrar o meu pronunciamento, que hoje o Paraná está feliz e, sem sombra de dúvidas, esse projeto de transformação deste Estado se implementa com mais profundidade agora, com estes recursos.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria dos Senhores Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães e Ademar Traiano, devidamente apoiados, constantes do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 212/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/96, que institui o FUNDO PARANÁ, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná, nos termos do preceito contido no Art. 205, da Carta Estadual. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 212/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o FUNDO PARANÁ, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná, nos termos do Art. 205 da Constituição Estadual.

Art. 2º - O FUNDO PARANÁ tem por finalidade apoiar o financiamento de programas e projetos de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico e atividades afins, segundo diretrizes e políticas recomendadas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT PARANÁ - e aprovadas pelo Governador do Estado.

Art. 3º - Constituirão recursos do FUNDO PARANÁ:

- I - (dois por cento), no mínimo, da receita tributária do Estado, anualmente a partir da data de promulgação desta lei, a serem transferidos:
 - a) 1% (um por cento), no mínimo, na forma de recolhimento direto e automático à conta especial junto ao Banco do Estado do Paraná, BANESTADO, denominada FUNDO PARANÁ;
 - b) na forma de ativos pertencentes ao Estado do Paraná, tais como ações, direitos de participação, bens patrimoniais ou caixa, cujo montante, avaliado a valores de mercado, complemente os recursos transferidos nos termos da alínea "a", assegurando-se em qualquer caso que, ao início de cada trimestre, o acréscimo ao patrimônio do FUNDO PARANÁ corresponda à 2.0% (dois por cento), no mínimo, da receita tributária estadual do trimestre anterior;
- II - juros, dividendos e quaisquer outras receitas decorrentes de aplicação de recursos do Fundo;
- III - repasses de instituições financeiras, de fomento e de desenvolvimento;
- IV - recursos provenientes de incentivos fiscais, bem como auxílios, subvenções, contribuições, transferências e participação em convênios com entidades públicas e privadas de âmbito nacional e internacional;

- V - saldo de exercícios anteriores;
- VI - rendas provenientes de patentes e propriedade intelectual;
- VII - empréstimos contraídos por antecipação de receitas do Fundo;
- VIII - dotações especiais do orçamento do Estado e recursos não reembolsáveis, provenientes da união, dos Municípios e outras fontes;
- IX - outros bens e recursos que venham a ser incorporados ao Fundo, inclusive a herança jacente, nos termos do Capítulo IV, Art. 1591 a 1594, do Código Civil Brasileiro.

Art. 4º - Os recursos do FUNDO PARANÁ serão destinados exclusivamente a projetos e programas vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná.

Art. 5º - A aplicação dos recursos do FUNDO PARANÁ especificados no Art. 3º obedecerá os critérios e normas definidos na Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, aprovada pelo Governador do Estado, e terá a seguinte destinação:

- I. a todas as atividades de auxílio e fomento listadas no Art. 31, que forem aprovadas pela FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, até o limite de 30% (trinta por cento) do FUNDO PARANÁ;
- II. para aplicação em projetos de desenvolvimento tecnológico, a cargo do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, ou de qualquer sociedade a ser criada nos termos do Art. 45 desta lei, até o limite de 20% (vinte por cento) do FUNDO PARANÁ;
- III. para aplicação em outros programas e projetos estratégicos, desenvolvidos por órgãos e entidades públicas ou privadas, que se enquadrem nas diretrizes definidas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT PARANÁ, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do FUNDO PARANÁ.

Parágrafo Único - A partir de 02 (dois) anos da promulgação desta lei, os percentuais referidos neste artigo poderão ser alterados pelo CCT PARANÁ, considerando o desempenho do FUNDO PARANÁ e as demandas.

Art. 6º - A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, será o órgão supervisor do FUNDO PARANÁ, na forma do Capítulo III desta lei.

Art. 7º - A proposta de Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico a que se refere o Art. 5º será submetida pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à consideração do CCT PARANÁ para eventual aprovação, num prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de promulgação desta lei.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO PARANAENSE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT PARANÁ

Art. 8º - O Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT PARANÁ - é órgão de assessoramento superior do Governador do Estado, para formulação e implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Art. 9º - Compete ao CCT PARANÁ:

- I. propor a Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico como parte integrante da política de desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná;
- II. avaliar planos, metas e prioridades de Governo, adequando-os à Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, identificando instrumentos e recursos;
- III. auditar a execução da Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- IV. apreciar o relatório anual preparado pelo Serviço Social Autônomo PARANÁ TECNOLOGIA, de que trata o Capítulo III desta lei, sobre a gestão do FUNDO PARANÁ e encaminhá-lo, uma vez aprovado, ao Governador do Estado;
- V. analisar e decidir sobre projetos do TECPAR financiados com recursos do FUNDO PARANÁ;
- VI. estabelecer diretrizes para aplicação pelo PARANÁ TECNOLOGIA em programas e projetos estratégicos desenvolvidos por órgãos e entidades públicas ou privadas, nos termos do Art. 5º, III, desta lei;

VII. promover a cooperação com órgãos federais e internacionais de apoio e também com o setor privado, em atividades ligadas à pesquisa e formação de recursos humanos no Estado do Paraná;

VIII. analisar e aprovar propostas advindas da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, nos termos do Art. 34, Inciso II e 50 desta lei.

Art. 10 - O CCT PARANÁ, presidido pelo Governador do Estado, terá a seguinte composição:

- I. 02 (dois) membros representando o Poder Executivo Estadual, sendo um deles o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e outro o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;
- II. 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, representando a comunidade científica paranaense, sendo um deles pertencente ao corpo docente das Instituições Estadual de Ensino Superior;
- III. 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, representando a comunidade tecnológica paranaense;
- IV. 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, representando a comunidade empresarial paranaense, sendo 01 (um) deles pertencente ao setor agrícola;
- V. 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, representando a comunidade trabalhadora paranaense.

§ 1º - Nos impedimentos e ausências do Governador do Estado, o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior será seu substituto legal no CCT.

§ 2º - A participação no CCT PARANÁ não será remunerada.

§ 3º - A critério do Governador do Estado, poderão ser convocados para participar das reuniões do CCT PARANÁ outros Secretários de Estado e cidadãos de notório saber e alta cultura em ciência e tecnologia.

§ 4º - Os representantes referidos nos incisos II, III, IV e V serão nomeados conselheiros por Decreto do Governador do Estado, para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução.

§ 5º - A cada 02 (dois) anos serão renovados 50% (cinquenta por cento) do CCT.

Art. 11 - As reuniões do CCT PARANÁ serão realizadas com a presença da maioria dos seus membros, sendo as decisões sempre tomadas por maioria de votos presentes.

Art. 12 - O Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, num prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de promulgação desta lei, apresentará ao Governador do Estado projeto de Decreto Estadual para a regulamentação do CCT PARANÁ.

CAPÍTULO II

DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANÁ TECNOLOGIA

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Serviço Social Autônomo PARANÁ TECNOLOGIA, como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse social, com sede e foro em Curitiba e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, tendo como missão a gestão executiva do FUNDO PARANÁ.

§ 1º - No texto desta lei, as expressões "Serviço Social Autônomo PARANÁ TECNOLOGIA" e "PARANÁ TECNOLOGIA" se equivalem como denominação.

§ 2º - O prazo de duração do PARANÁ TECNOLOGIA é indeterminado.

§ 3º - O exercício financeiro do PARANÁ TECNOLOGIA coincide com o ano civil.

§ 4º - O PARANÁ TECNOLOGIA reger-se-á por esta lei e seu Estatuto.

Art. 14 - Ao PARANÁ TECNOLOGIA compete gerir o FUNDO PARANÁ, nos termos desta lei e seu Estatuto.

Parágrafo Único - O FUNDO PARANÁ é dotado de personalidade contábil e seu caixa será totalmente distinto do caixa do PARANÁ TECNOLOGIA.

Art. 15 - O PARANÁ TECNOLOGIA vincular-se-á, por cooperação, à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que se incumbirá de acompanhar sua gestão e administração, emitindo orientações norma-

tivas, e nos termos do Contrato de Gestão, conforme previsto nesta lei.

Art. 16 - A Direção do PARANÁ TECNOLOGIA é constituído:

- I. pelo Conselho de Administração, de natureza normativa, deliberativa, consultiva e fiscal, composto por 02 (dois) membros honorários, sem direito a voto e 04 (quatro) membros efetivos;
- II. pela Diretoria Executiva, composta por um Presidente, por um Diretor de Operações e por um Diretor Administrativo-Financeiro.

§ 1º - O Secretário de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e o Presidente da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA são membros honorários do Conselho de Administração.

§ 2º - Os 04 (quatro) membros efetivos do Conselho de Administração do PARANÁ TECNOLOGIA serão escolhidos pelo Governador do Estado dentre os membros do CCT PARANÁ, devendo ser 01 (um) membro representante de cada uma das comunidades mencionadas nas alíneas II, III, IV e V do Art. 10.

§ 3º - Os membros do Conselho de Administração, uma vez cumpridas as formalidades de registro do PARANÁ TECNOLOGIA, de que trata esta lei, reunir-se-ão pela primeira vez sob a presidência do conselheiro mais idoso com direito a voto, para escolherem o seu Presidente e o seu Secretário, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos e assinarem Termo de Posse lavrado em livro próprio.

§ 4º - Os Conselheiros não receberão qualquer remuneração ou vantagem pelos serviços que prestarem ao PARANÁ TECNOLOGIA, que serão considerados de relevante interesse público.

Art. 17 - Ao Conselho de Administração do PARANÁ TECNOLOGIA compete:

- I. aprovar o Estatuto do PARANÁ TECNOLOGIA;
- II. aprovar seu Regimento Interno;
- III. implementar as decisões do CCT PARANÁ relativas à aplicação dos recursos do FUNDO PARANÁ, conforme o artigo 9º desta lei e do Contrato de Gestão nos termos do Art. 20 desta lei;
- IV. analisar e aprovar plano de trabalho apresentado pela Diretoria Executiva;

- V. delegar competência à Diretoria Executiva para a prática de atos concernentes às atividades operacionais do PARANÁ TECNOLOGIA;
- VI. deliberar sobre aplicação de recursos financeiros para projetos que lhe sejam apresentados pela Diretoria Executiva;
- VII. aprovar demonstrativos contábeis e financeiros do PARANÁ TECNOLOGIA, apresentados pela Diretoria Executiva;
- VIII. exercer as demais atribuições indispensáveis à administração do PARANÁ TECNOLOGIA.

Parágrafo Único - Os Conselheiros não respondem necessariamente por atos praticados pela Diretoria, à sua revelia, que impliquem em responsabilidade civil.

Art. 18 - O Presidente do PARANÁ TECNOLOGIA é o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a quem compete superintender, controlar e avaliar suas ações e atividades nos termos de seus planos, programas, projetos, produtos e serviços, com a observância do Contrato de Gestão de que trata a presente lei.

§ 1º - O Presidente do PARANÁ TECNOLOGIA não perceberá qualquer remuneração ou vantagem pelo exercício do cargo, que é considerado relevante para o interesse público.

§ 2º - Os Diretores de Operações e de Administração de Finanças são cargos de recrutamento amplo, escolhidos pelo Presidente e remunerados conforme Plano de Cargos e Salários a ser estabelecido e aprovado pelo Conselho de Administração.

Art. 19 - As competências, atribuições e o funcionamento da Diretoria Executiva e das demais unidades complementares do PARANÁ TECNOLOGIA serão definidas em Estatuto.

Art. 20 - O Serviço Social Autônomo PARANÁ TECNOLOGIA criado por esta lei, fica autorizado a celebrar Contrato de Gestão com o Estado do Paraná.

§ 1º - Contrato de Gestão, para os efeitos desta lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Estado do Paraná, na pessoa de seu Governador, com a interveniência das Secretarias

de Estado da Fazenda, do Planejamento e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o PARANÁ TECNOLOGIA, por intermédio de seu Presidente, com a finalidade de assegurar a sua plena autonomia técnica, administrativa e financeira, com a observância dos princípios da legalidade, impessoabilidade, moralidade, publicidade e razoabilidade e, também, dos seguintes preceitos:

- I. fixar as responsabilidades, a execução e os prazos inerentes ao planos, programas, projetos e atividades a cargo do PARANÁ TECNOLOGIA;
- II. permitir a Diretoria Executiva capacidade para contratar, administrar e dispensar recursos humanos, para as atividades geridas pelo PARANÁ TECNOLOGIA, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;
- III. permitir à Diretoria Executiva estabelecer processo de compra de material de consumo;
- IV. instituir fundo rotativo de caixa, de caráter orçamentário e contábil, para arcar com despesas diversas de pronto pagamento, ligadas às atividades a cargo do PARANÁ TECNOLOGIA, de que trata a lei;
- V. autorizar a Diretoria Executiva, ouvido o Conselho de Administração, a promover estudos e projetos, vinculados ao programa de investimentos do FUNDO PARANÁ, para o que poderá aplicar até 4% (quatro por cento) dos recursos recolhidos nos termos do Art. 5º desta lei.

§ 2º - A execução do Contrato de Gestão será supervisionada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º - O Contrato de Gestão, estipulará o seu prazo de vigência e poderá ser modificado, de comum acordo entre as partes que o subscreverem, no curso de sua execução, para incorporar ajustamentos aconselhados pela supervisão ou pela fiscalização.

Art. 21 - O PARANÁ TECNOLOGIA encaminhará, anualmente, à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e

Ensino Superior, que enviará à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, até o dia 31 de março de cada ano, relatório circunstanciado sobre a execução de seus planos, programas, projetos, atividades, produtos e serviços, expressos em Plano de Ação Estratégica, nos Planos Anuais e Plurianuais e correspondentes, bem como os Orçamentos do exercício anterior com a prestação de contas dos recursos aplicados, a avaliação do andamento do Contrato de Gestão e as análises de desempenho gerenciais cabíveis.

Art. 22 - As ações do PARANÁ TECNOLOGIA compreendendo todas as atividades administrativas e técnicas relacionadas com planos, programas, projetos, produtos e serviços e de sua responsabilidade, serão exercidos por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e ocupantes de cargos de carreira, de provimento permanente ou em comissão, e por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo Único - A admissão em cargo de carreira de provimento permanente no PARANÁ TECNOLOGIA depende de prévia aprovação nos termos do Plano de Cargos e Salários de que trata esta lei.

Art. 23 - A Diretoria Executiva do PARANÁ TECNOLOGIA promoverá no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação desta lei, a elaboração do Plano de Cargos e Salários, a ser submetido à apreciação e aprovação do Conselho de Administração, o qual definirá e quantificará os cargos e funções necessários, estabelecerá a política salarial e de benefícios dos empregados, e instituirá o Plano de Carreira, contendo critérios de promoção e de valorização profissional.

Parágrafo Único - Os valores salariais dos cargos e funções serão fixados em correspondência com os valores de mercado e, se necessário, revistos, anualmente, observada a legislação em vigor.

Art. 24 - O patrimônio do PARANÁ TECNOLOGIA será constituído:

- I. pelo acervo de bens e direitos que adquiriu ou vierem a ser-lhe incorporados;
- II. pelos legados, doações e heranças que receber, de pessoas física ou

jurídica, de direito público ou privado, nacional ou estrangeira ou internacional;

- III. por quaisquer outros bens e direitos, que vierem a se incorporar ao PARANÁ TECNOLOGIA.

Art. 25 - O PARANÁ TECNOLOGIA perceberá até 3% (três por cento) do montante dos recursos recolhidos à conta do FUNDO PARANÁ pela execução dos serviços concedidos.

Art. 26 - Extinguindo-se o PARANÁ TECNOLOGIA, os seus bens e direitos serão revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná, salvo se Lei Especial prescrever destinação diferente.

Art. 27 - O PARANÁ TECNOLOGIA fará publicar no Diário Oficial do Estado as normas de Licitações próprias e simplificadas para disciplinar procedimentos relativos à matéria.

Art. 28 - O PARANÁ TECNOLOGIA poderá celebrar convênios, contratos, acordos, ajustes, parcerias, consórcios e empréstimos com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais, a fim de realizar a sua missão institucional e cumprir os seus objetivos, atendidas as exigências constantes do Contrato de Gestão e do Estatuto, referidos nesta lei.

CAPÍTULO IV

DA FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

SEÇÃO I

Das Finalidades

Art. 29 - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, nos termos da Lei Civil, a FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, para amparo à pesquisa e para a formação de recursos humanos, necessários ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná, na forma determinada pela Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, segundo diretrizes do CCT PARANÁ e aprovada pelo Governador do Estado.

Art. 30 - A FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, com sede e foro em Curitiba, será do-

tada de autonomia administrativa e financeira e seu patrimônio próprio.

Art. 31 - Para a consecução de seus fins compete à FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, individualmente ou em parceria com órgãos financiadores federais, estaduais e municipais:

- I. custear, total ou parcialmente, projetos de pesquisa individuais, públicos ou privados, aprovados por seus órgãos competentes;
- II. custear instalação de novas unidades de pesquisa públicas e privadas;
- III. fiscalizar a aplicação dos recursos que fornecer, podendo suspendê-los nos casos de inobservância dos projetos aprovados;
- IV. manter banco de dados atualizado sobre as unidades de pesquisa existentes no Estado do Paraná e daquelas no País ou no exterior ou de interesse para a implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, relacionando detalhes sobre recursos humanos, equipamentos e instalações;
- V. manter banco de dados atualizado relativo à pesquisas e bolsistas financiados pela FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA e por outras instituições federais ou internacionais no Estado do Paraná;
- VI. promover periodicamente estudos sobre o estado geral da pesquisa no Paraná e no Brasil, identificando os campos que deverão receber apoio e financiamento;
- VII. promover o intercâmbio de pesquisadores nacionais e estrangeiros, através da concessão ou complementação de bolsas de estudo ou de pesquisa, no País ou no exterior;
- VIII. promover ou subvencionar a publicação de resultados de pesquisas.

Art. 32 - Os custos com a administração, inclusive vencimentos de diretores e respectivos consultores, bem como salários de empregados, não poderão ultrapassar a 5,0% (cinco por cento) dos recursos destinados à consecução de suas finalidades.

Art. 33 - É vedado à FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA:

- I. criar órgãos próprios de pesquisa;

- II. assumir encargos externos permanentes de qualquer natureza;
- III. auxiliar atividades administrativas de instituições de pesquisa.

SEÇÃO II

Dos Recursos

Art. 34 - Constituirão recursos da Fundação:

- I. a parcela correspondente aos recursos efetivamente desembolsados para o atendimento dos gastos definidos no Art. 31 desta lei, até o montante de 30% (trinta por cento) dos recursos recolhidos ao FUNDO PARANÁ, conforme o disposto no Art. 5º, I, desta lei;
- II. recursos adicionais do FUNDO PARANÁ, ouvido o CCT PARANÁ.

SEÇÃO III

Da Organização

Art. 35 - A FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA será constituída pelos seguintes órgãos:

- I. Conselho Superior;
- II. Diretoria.

Do Conselho Superior

Art. 36 - O Conselho Superior, de natureza normativa, deliberativa, consultiva e fiscal, será presidido pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, compor-se-á de doze membros:

- I. 06 (seis) membros livremente escolhidos pelo Governador do Estado.
- II. 03 (três) membros escolhidos pelo Governador do Estado entre os indicados em lista não nupla em ordem alfabética pelas Instituições de Ensino Superior em funcionamento no Paraná;
- III. 01 (um) membro escolhido pelo Governador do Estado entre os indicados em lista triplíce em ordem alfabética pelas demais Instituições de Ensino Superior em funcionamento no Paraná;
- IV. 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado entre os indicados em lista séxtupla em ordem alfabética pelas Instituições de Pesquisa em funcionamento no Estado do Paraná.

§ 1º - Todos os membros do Conselho Superior deverão ser escolhidos entre pessoas de notório saber, reconhecida competência científica e tecnológica e reputação ilibada.

§ 2º - Os representantes indicados serão nomeados conselheiros por Decreto do Governador do Estado, para um mandato de 06 (seis) anos, sendo permitida uma recondução.

§ 3º - A cada 02 (dois) anos será renovado 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 4º - O Conselho Superior será convocado pelo Presidente ou por metade de seus membros.

§ 5º - As funções de Conselheiro e de Presidente do Conselho Superior não serão remuneradas.

Art. 35 - Compete ao Conselho Superior:

- I. elaborar e modificar os estatutos que disciplinam o funcionamento da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, submetendo-os à aprovação do Governador do Estado;
- II. elaborar e modificar o Regimento Interno, bem como resolver os casos omissos;
- III. orientar o funcionamento da Fundação dentro das diretrizes e disposições definidas nesta lei;
- IV. aprovar os planos anuais de atividades, inclusive proposta orçamentária;
- V. orientar a política patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA;
- VI. deliberar sobre o provimento e remuneração dos cargos administrativos da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA;
- VII. fixar o número e fixar a remuneração dos consultores científicos;
- VIII. julgar e aprovar as contas do exercício anterior e apreciar os relatórios financeiros.

§ 1º - O Conselho Superior reunir-se-á em sessão ordinária a cada três meses, e extraordinariamente quando necessário.

§ 2º - Os Diretorias poderão ser convocados para participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto.

Da Diretoria

Art. 38 - A Diretoria da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA será constituída por 1 (um) Presidente, 1 (um) Diretor-

Técnico e 1 (um) Diretor Administrativo.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria serão escolhidos pelo Governador do Estado em listas triplíces, sendo um para cada membro da Diretoria, todas apresentadas em ordem alfabética e preparadas pelo Conselho Superior.

Art. 39 - Serão atribuições e deveres do Presidente, além das que o Conselho lhe atribuir:

- I. representar a FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA ou promover a representação em juízo e fora dele;
- II. solicitar ao Presidente do Conselho Superior que o convoque;
- III. atuar como Secretário Executivo nas reuniões do Conselho Superior.

Art. 40 - Compete ao Diretor-Técnico substituir o Presidente em suas eventuais ausências e impedimentos.

Parágrafo Único - Vagando-se a Presidência, o Diretor-Técnico assumirá o cargo e convocará, dentro de 30 (trinta) dias o Conselho Superior para a elaboração da lista triplíce prevista no Art. 38, Parágrafo Único.

Art. 41 - São atribuições das Diretorias:

- I. proporcionar estrutura administrativa à Fundação, fixando o regime de trabalho e atribuições do pessoal em regimento interno que será submetido à apreciação do Conselho Superior;
- II. deliberar sobre os pedidos de concessão de auxílio *ad referendum* do Conselho Superior;
- III. organizar o plano anual da Fundação e submetê-la à consideração do Conselho Superior;
- IV. organizar a proposta orçamentária anual e submetê-la à consideração do Conselho Superior;
- V. propor ao Conselho Superior o número de consultores a serem contratados a critério da Diretoria Técnica, a sua distribuição pelos vários setores de atividade e sua remuneração;
- VI. propor o plano de cargos e salários dos empregados da Fundação;
- VII. elaborar relatório de atividades da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, em especial sobre os auxílios concedidos e

os resultados das pesquisas, promovendo anualmente a sua ampla divulgação após a aprovação pelo Conselho Superior.

Art. 42 - Ao Diretor Técnico compete a coordenação da consultoria científica, de acordo com a orientação do Conselho Superior e da Diretoria, no que diz respeito a contratação de consultores, distribuição de tarefas de análise de pedidos e à solicitação de auxílio técnico externo em casos especiais.

Art. 43 - Ao Diretor Administrativo serão subordinados diretamente os serviços de secretaria, contabilidade e finanças.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 - A Lei nº 7.056, de 04 de dezembro de 1978, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública com a denominação de Instituto de Tecnologia do Paraná, passará a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º - No cumprimento de seus objetivos a Empresa poderá:

(...)

V - participar, com capital próprio em instituições e sociedades que possuam fins complementares ou que venham a ser constituídas com a finalidade de implementar a Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

VI - constituir sociedades no intuito de obter melhor eficiência operacional."

Art. 45 - Fica o Poder Executivo autorizado a aprovar a participação de capital do TECPAR em outras sociedades e instituições, bem como a constituições de pessoas jurídicas a ela coligadas, filiadas ou associadas.

Art. 46 - O Poder Executivo promoverá a necessária reestruturação do TECPAR e demais órgãos sob sua jurisdição da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, para adequá-los ao disposto nesta lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 47 - O Poder Executivo transferirá ao FUNDO PARANÁ, na data da promulgação desta lei, recursos de caixa ou ativos pertencentes ao Estado, equivalentes às dotações previstas na Lei Orçamentária para o exercício de 1998, nas rubricas oriundas da Fonte 32.

Parágrafo Único - os recursos mencionados no "caput" serão utilizados na informatização, no reequipamento e na recuperação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, bem como em outros programas em projetos de ciência e tecnologia, bem como em outros programas e projetos de ciência e tecnologia, conforme Plano de Investimentos da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para 1988 e de acordo com prioridades e cronogramas de repasse a serem estabelecidos pela Secretaria.

Art. 48 - Para os efeitos do Art. 47 desta lei, poderão ser utilizados recursos oriundos da venda de ações da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, conforme autorização legislativa pré-existente.

Art. 49 - Em seu primeiro mandato, um terço dos membros do Conselho Superior da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA serão preenchidos com conselheiros eleitos para um mandato de 02 (dois) anos e mais um terço por 04 (quatro) anos, nos termos do artigo 36, § 3º desta lei.

Art. 50 - Para operacionalizar o funcionamento da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA no primeiro ano de atividades, o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior apresentará proposta orçamentária ao CCT PARANÁ.

Art. 51 - O Poder Executivo terá 90 (noventa) dias, a partir da promulgação desta lei, para regulamentar e implantar a FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA.

Art. 52 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis Estaduais nºs 6.189, de 26.04.71 e 8.837, de 15.10.86; o Decreto Estadual nº 3.807, de 28.05.81

e suas alterações e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.97

(a) CÉSAR SELEME

Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 558/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, o qual denomina Taxionetes as camionetes de aluguel, destinadas ao transporte de bens e mercadorias, no Estado do Paraná. (Publ. no D.A. nº 188/96, de 04.11.96).

PROJETO DE LEI Nº 558/96

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam denominadas taxionetes as camionetes de aluguel, destinadas ao transporte de bens e mercadorias, no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Em tais veículos torna-se obrigatório o uso de taxímetro.

Art. 2º - Este tipo de transporte reger-se-á conforme legislação própria de cada município do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.10.97

(a) CÉSAR SELEME

Presidente e Relator

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, ia pedir para a retirada da Ordem do Dia para estudar com mais profundidade este projeto, mas está em redação final, e não dá, não é? Porque é um projeto de suma importância, ele denomina taxionetes as camionetes de aluguel no Estado do Paraná. Esta é uma lei indispensável ao nosso Estado.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão.

Aprovado.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 307/97, de autoria do Deputado Emerson Nerone, que reconhece oficialmente, no Estado do Paraná, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a língua gestual codificada na linguagem brasileira de sinais - LIBRAS, e dispõe sobre a implantação da LIBRAS como língua oficial na rede escolar de ensino estadual para deficientes auditivos. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 307/97

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica reconhecida oficialmente, pelo Estado do Paraná, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente.

Parágrafo Único - Compreende-se como Língua Brasileira de Sinais o meio de comunicação de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, oriunda de comunidades de pessoas surdas. É a forma de expressão do surdo e a sua língua natural.

Art. 2º - A rede pública de ensino, através da Secretaria de Estado de Educação, deverá garantir o acesso à educação bilíngüe (LIBRAS e Língua Portuguesa) no processo ensino-aprendizagem, desde a educação infantil até os níveis mais elevados do sistema educacional, a todos os alunos portadores de deficiência auditiva.

Art. 3º - A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, deverá ser incluída como conteúdo obrigatório nos cursos de formação na área de surdez, em nível de 2º e 3º graus.

Parágrafo Único - Fica incluída a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, no currículo da rede pública de ensino e dos cursos de magistério de formação superior nas áreas das ciências humanas, médicas e educacionais.

Art. 4º - A Administração Pública, direta, indireta e fundacional, através da Secretaria de Estado da

Educação, manterá em seus quadros funcionais profissionais surdos, bem como intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, no processo ensino-aprendizagem, desde a educação infantil até os níveis mais elevados de ensino em suas instituições.

Art. 5º - A Administração Pública, do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado de Educação e seus órgãos a esta Secretaria ligados, oferecerá através das entidades públicas diretas, indiretas e fundacionais, cursos para formação de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 6º - A Administração Pública, do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e seus órgãos, a esta Secretaria ligados, oferecerá cursos periódicos da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em diferentes níveis, para surdos e seus familiares, professores, professores de ensino regular e comunidades em geral.

Art. 7º - A Administração Pública, direta, indireta e fundacional, manterá em suas repartições públicas estaduais e municipais do Estado do Paraná, bem como nos estabelecimentos bancários e hospitalares públicos, o atendimento aos surdos, utilizando profissionais intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 8º - Para o propósito desta lei e da Linguagem Brasileira de Sinais, os intérpretes serão preferencialmente ouvintes e os instrutores, preferencialmente surdos.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.10.97

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 385/97, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Chopinzinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA

C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 123, de 19.08.97).

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 504/97, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Comunidade dos Pequenos Trabalhadores de Foz do Iguaçu - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 161, de 01.10.97).

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 359/97, de autoria do Deputado Edno Guimarães, concede o desconto sobre a taxa de estadia devida pelos proprietários de veículos e ou ciclomotores apreendidos nos pátios do DETRAN-PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/96, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar o Sistema de Proteção à Vida - SIPROV, nos Postos Rodoviários do Paraná e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 372/96, de autoria do Deputado Élio Rusch, que cria a Circunscrição Regional de Serviços do DETRAN (CIRETRAN), no Município de Santa Helena. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P..

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 372/97

EMENDA MODIFICATIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 01

Modifique-se a redação do "caput" do Art. 1º do Projeto de Lei nº 372/97, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de

Santa Helena, neste Estado, a CIRETRAN - Circunscrição Regional de Serviços do DETRAN."

Sala das Sessões, em 11.12.97

(a) ÉLIO RUSCH

Apoiamento: Nelson Garcia, Ademar Traiano, Marquinhos Alves, Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário.

O projeto retorna às Comissões.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/97, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná a Adriano José Valente. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 582/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que institui o Dia Estadual da Luta pelos Direitos Humanos, a ser comemorado no dia 28 de maio de cada ano. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 182, de 23.10.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 582/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo instituir o Dia Estadual da Luta pelos Direitos Humanos, a ser comemorado no dia 28 de maio de cada ano.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 02.12.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 582/97

P A R E C E R:

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Joel Coimbra, tem por finalidade instituir o Dia Estadual da Luta pelos Direitos

Humanos, a ser comemorado no dia 28 de maio de cada ano.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada a opinar, esta Comissão entende ser da maior importância todos os atos em defesa dos direitos humanos e da cidadania. A proposição em tela pretende que no dia 28 de maio de cada ano seja comemorado o Dia Estadual da Luta pelos Direitos Humanos, dia em que Peter Benenson denunciou no jornal "The Observation", a prisão de dois jovens portugueses, condenados a sete anos de prisão por terem brindado a liberdade num bar. Portugal vivia sob a ditadura de Salazar. Nasceu neste dia a Anistia Internacional, uma entidade da maior importância em todo o mundo, possuindo mais de um milhão de filiados.

CONCLUSÃO

Assim sendo, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 582/97.

Sala das Comissões, em 03.12.97

(a) JOSÉ TAVARES

Presidente e Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 608/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 076/97, que autoriza a redução de preço na venda de terras devolutas incorporadas ao patrimônio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 183, de 23.10.97 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 608/97

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, é originário da Mensagem Governamental nº 76/97 e objetiva autorizar o Poder Executivo a reduzir o preço de venda das terras devolutas incorporadas ao patrimônio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Analisando o projeto de lei à luz das Constituições Estadual e Federal; da legislação infraconstitucional que rege a matéria e do Regimento Interno desta Casa, nenhuma restrição se apresentou, portanto a proposição está em condições de merecer o parecer favorável desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 09.12.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, para receber parecer da C.T.I.C.. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 608/97 por data indeterminada.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 686/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 107/97, que institui o PARANÁEDUCAÇÃO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 213, de 02.12.97 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 686/97

P A R E C E R:

AUTORIA: Poder Executivo

Através da Mensagem nº 107/97 o Chefe do Poder Executivo encaminha o presente projeto de lei que visa instituir no âmbito da administração pública estadual o "PARANÁEDUCAÇÃO", pessoa jurídica de direito privado com a finalidade de auxiliar na gestão do sistema estadual de educação, através de assistência institucional, técnico-científica, administrativa e pedagógica.

A criação de tal instituto pretende dar maior flexibilidade organizacional e operacional concedendo maior autonomia administrativa e financeira às escolas do sistema e dando um ordenamento mais participativo na questão educacional.

O projeto de enquadra nos dispositivos regimentais e constitucionais, inclusive no Art. 37, XIX da Constituição Federal, não havendo qualquer óbice, no estrito sentido desta Comissão, para sua tramitação regulamentar, e assim sendo, somos favoráveis a sua tramitação legislativa processual.

Sala das Comissões, em 08.12.97

(a) JOEL COIMBRA
Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO AO

PROJETO DE LEI Nº 686/97

O projeto de lei em tela, institui o PARANÁEDUCAÇÃO.

Conforme a mensagem do Executivo que apresenta o projeto de lei PARANÁEDUCAÇÃO, este possui a mesma inspiração e estrutura do PARANÁCIDADE.

Como o executivo em sua mensagem apoiou-se no PARANÁCIDADE para apresentar o PARANÁEDUCAÇÃO, também nós nos reportamos ao projeto já transformado em lei para sustentarmos nossa, visto que, os mesmos vícios de ilegalidade e inconstitucionalidade contidos naquele, estão presentes neste.

Destacamos aqui, dentre outros vícios, o da ilegalidade e o da finalidade lucrativa do negócio. Cabe salientar que a aprovação desta matéria, está sendo proposta sem o conhecimento do estatuto do PARANÁEDUCAÇÃO, tratando-se de uma autorização sem conhecimento da amplitude deste ato, o que é vedado pelo princípio da legalidade, através do qual a Administração Pública deve pautar-se pelo estrito cumprimento da lei.

Outra questão, conforme aludimos acima, é a da finalidade lucrativa do negócio. Embora o artigo 1º do projeto em análise defina a PARANÁEDUCAÇÃO como pessoa jurídica sem fins lucrativos, o artigo 17, inciso III, estabelece como fonte de receitas recursos provenientes da venda de seus produtos e da prestação de serviços. Ora temos aqui uma fonte de receita característica de finalidade lucrativa, o que representa uma evidente contradição com o disposto no artigo 1º do projeto.

Desta forma, por evidente ilegalidade e inconstitucionalidade, conforme o acima exposto, o voto em separado é contrário.

Sala das Comissões, em 09.12.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3245, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, com apoio dos Senhores Deputados Péricles de Mello e Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja enviado à Comissão de Educação para análise do mérito. **Não recebido pela Mesa.**

Em discussão.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (**Questão de Ordem**) - Existe um Requerimento que foi assinado pelo Deputado Irineu Colombo - que é Presidente da Comissão de Educação - e por mim, para retirar o projeto da pauta, para que ele seja, antes de ser votado, encaminhado à Comissão de Educação da Assembléia, para que essa dê o seu parecer, já que é um projeto que se relaciona diretamente à questão da educação.

Fui Presidente da Comissão de Educação e todos os projetos passavam pela Comissão e este, estranhamente, não passou. Veio direto para a Comissão de Constituição e Justiça.

Então, gostaria de ter uma solução para o fato.

O SENHOR PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - A Mesa deixa de receber o Requerimento do Deputado Irineu Colombo. O projeto está em regime de urgência.

Mas, após a aprovação ou reprovação, se for o caso, se for aprovado em primeira discussão, o projeto irá à segunda discussão na segunda-feira, com a apresentação de emendas, o projeto será encaminhado à Comissão de Educação.

Essa é a orientação que a Mesa dá para este projeto.

Doutor Rosinha com a palavra.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhores Deputados, venho aqui propor um título de Cidadania Honorária para Francelino Pereira e Armando Falcão.

Desculpem-me, venho aqui para discutir o projeto que cria o PARANÁEDUCAÇÃO.

Diz a Constituição brasileira que a educação é obrigação do Estado e direito do cidadão. Se é obrigação do Estado, cabe a ele fazer todo o processo educacional. No entanto, o Art. 1º repassa aquilo que é público para uma empresa privada, chamada PARANÁEDUCAÇÃO. Neste sentido fere a Constituição brasileira e a Constituição paranaense. No Art. 3º reforça essa situação, dizendo que a finalidade da PARANÁEDUCAÇÃO é o ensino e a educação. Isto significa, além de não cumprir a Constituição, que o Estado paranaense abre mão de qualquer projeto educacional, de qualquer projeto

para corrigir distorções na área de educação, seja proposta pedagógica, seja proposta de metodologia, seja proposta de avaliação, ele abre mão de tudo e repassa para o setor privado.

E, ao abrir mão de tudo isso, temos certeza que o que deseja o Governador Jaime Lerner e o Secretário Ramiro é a perda da qualidade do ensino, ou seja, fazer com que a classe trabalhadora, a que mais necessita do ensino público de qualidade para superar as diferenças, continue escravo daqueles que mandam no nosso país, continue escravo das elites brasileiras.

O Art. 3º, inciso IV, estabelece que um dos objetivos da PARANÁEDUCAÇÃO é contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos. Já tinha visto confissão de incompetência, mas escrever no papel, o Secretário assinar, que são incompetentes, que não são eficientes na aplicação dos recursos públicos, que democratiza aquela Secretaria - porque sei que os professores e a sociedade civil organizada têm competência para gerir com eficiência os recursos públicos através da democratização do Estado brasileiro, no caso que é autoritário e sem transparência. Tenhamos transparência e democracia e verão como a eficiência se estabelecerá, e a qualidade do ensino será constatada a olhos vistos.

O Art. 4º diz que o PARANÁEDUCAÇÃO seguirá as normas estabelecidas no contrato de gestão. Ora, cadê o Contrato de Gestão? Onde estão lendo o Contrato de Gestão? Quem vai fazê-lo, quem vai aprová-lo? E esta Casa abre mão de uma obrigação sua, a obrigação de estabelecer as regras de um relacionamento entre o Estado e o setor privado; abre mão de todo o seu poder de participar, de elaborar políticas públicas ao estabelecer que o Poder Executivo faça tudo isso através de seu Contrato de Gestão. Ao não conhecermos, aprovamos esta lei e assinamos um contrato em branco e é o que o Governo quer, para depois fazer o que ele bem deseja, através de sua empresa privada PARANÁEDUCAÇÃO.

O Art. 4º e seu parágrafo estabelece que o Superintendente do PARANÁEDUCAÇÃO é o Secretário, Doutor Ramiro. Ele é o Secretário e será o Superintendente. Ele participará, elaborará, como Secretário, Contrato de

Gestão e, depois, assume a Superintendência. O Contrato visa contemplar todos os desejos do Senhor Superintendente. Serão os desejos que serão atendidos no PARANÁEDUCAÇÃO. Isso fere a moralidade e o Artigo 37 da nossa Constituição Brasileira.

Se ele diz que a Secretaria é ineficiente para administrar os recursos, por que ele que se julga ineficiente assume a Superintendência com a sua ineficiência, a própria ineficiência nessa lei? Alegam ineficiência da Secretaria para criar o PARANÁEDUCAÇÃO e, depois, o Secretário ineficiente assume a Superintendência do PARANÁEDUCAÇÃO.

O Art. 7º estabelece o Conselho de Administração do PARANÁEDUCAÇÃO. Entidades definem pela lei a participação de algumas entidades, como no caso, a APP Sindicato. Entidade esta que não foi consultada se deseja fazer parte do Governo democrático, que atualmente administra o nosso Estado. Tão democrática é a lei, que chega em final de ano, tramitando em regime de urgência, sem nenhum debate e discussão e no seu bojo traz nome de entidades que deve participar do Conselho de Administração sem ser consultado se ela deseja.

Isso é feito, no meu ponto de vista, para cooptar as entidades, mas não para ser democrático, porque um Conselho Democrático seria no mínimo igualitário e não como se coloca, com duas entidades de caráter popular e as demais entidades ou são órgãos institucionais ou são entidades de caráter elitista.

Não tem democracia neste Conselho de Administração, Deputado Valdir Rossoni! Dizer que vai participar, como disse Vossa Excelência, segmentos da sociedade, que estão sendo impostos a ele a participação. Que democracia é esta, da qual o Governo tem a sua maioria?

O Contrato de Gestão será assinado entre o Secretário, o Poder Executivo e o Superintendente do PARANÁEDUCAÇÃO. Ora, o Secretário, o Senhor Ramiro, concede ao PARANÁEDUCAÇÃO alguns serviços ou todos os serviços, porque a lei estabelece que pode fazer tudo. E o Superintendente do PARANÁEDUCAÇÃO aceita, só que o próprio Senhor Ramiro, o Superintendente.

Onde está a moralidade no trato da coisa pública, se a mesma pessoa assina como concessão, assina depois como quem está recebendo o contrato? O Art. 37 da Constituição novamente desrespeitado. Os trabalhadores, que serão absorvidos pelo PARANÁEDUCAÇÃO todos CLT. Todos! Pergunto: se o PARANÁEDUCAÇÃO falir, quem paga a conta? É solidário com isso o Governo do Estado!

Se a PARANÁEDUCAÇÃO fizer dívidas e não conseguir pagá-las, quem as assume? O Estado do Paraná. E sendo CLT, que tem o seu contrato revogado a qualquer momento, basta um aviso prévio de trinta dias. E diz que a PARANÁEDUCAÇÃO vai receber, de imediato, 40 mil funcionários, entre professores e demais trabalhadores do sistema de educação. Serão 40 mil cabos eleitorais no processo eleitoral do ano que vem, porque aí daquele que não sair distribuindo "santinho" dos candidatos oficiais! Serão demitidos! Basta para isso o aviso prévio. E a contratação, por CLT significa o fim do concurso público.

No concurso público, geralmente passam os mais competentes e eficientes profissionais, com raras exceções, e é o concurso público que faz com que se mantenha a qualidade do ensino e da educação. Por CLT serão contratados aqueles indicados por políticos, por pessoas bem relacionadas com poder, não levando em consideração a capacidade de trabalho, a eficiência e o conhecimento da área em que vai trabalhar.

Diz o Art. 17, num dos seus incisos, que o PARANÁEDUCAÇÃO recebe verbas do Governo do Estado e que poderá cobrar por serviços e produtos. E pergunto: provavelmente ao absorver cantineiras e serventes, que tem hoje na rede pública, estes funcionários vão prestar serviços na rede privada? É isso?

PARANÁCIDADE vai usar serviços terceirizados, vai vender a mão-de-obra para empresas? E quando for na sala de aula, com os professores? Vai cobrar dos alunos para que eles possam ter acesso à educação?

O Líder do Governo vai dizer que não será cobrado, somente no momento da matrícula. O PARANÁCIDADE é uma empresa privada, pode cobrar taxas, exigir contribuições e pode negar o

aluno, se ele não fizer o pagamento. É uma entidade privada e toda entidade privada, mesmo as sem fins lucrativos, cobram. É bom lembrar: a PUC é sem fins lucrativos, Deputado Rossoni. Inúmeras faculdades privadas são sem fins lucrativos, Deputado Valdir Rossoni! As Irmandades da Santa Casa do Brasil todo são sem fins lucrativos, no entanto são todas empresas privadas que cobram daqueles que as procuram. Como muitos, ou a maioria não tem como pagar, atendem dois ou três, dizendo que ali sim, se faz filantropia, quando as suas burras estão cheias!

Não vejo faculdade privada falindo e não vejo proprietário de faculdade privada, sem fins lucrativos, pobres!

O PARANÁCIDADE é sem fins lucrativos... Esta semana foi votado, na Câmara dos Vereadores, um projeto semelhante, criando as organizações sociais. Estava lá quando foi votada uma emenda que estabelecia que nenhum Diretor de uma organização social, sem fins lucrativos, poderia receber menos de 4.500 reais. A Bancada de apoio ao Prefeito votou contra, alegando que o poder público não pode limitar salário de entidade privada. O que é verdadeiro. Esta Casa não poderá limitar salário do PARANÁ EDUCAÇÃO, ela é sem fins lucrativos, porém é uma entidade privada, e sendo privada, não podemos intervir. Não tem fim lucrativo, mas qual será a remuneração desses Diretores?

Por último, ouvimos, ainda hoje, o Governador do Estado, dizendo que o projeto e a proposta de educação do Estado do Paraná foi elogiado pelo Banco Mundial. Não era de se esperar outra coisa! O Banco Mundial não está a serviço dos pobres, dos miseráveis, da classe trabalhadora, o Banco Mundial está a serviço do capital internacional e da elite brasileira. Claro que vai elogiar projetos como esse, porque favorece a concentração de renda, destrói o direito de cidadania e da boa educação da maioria do povo do Paraná!

Por isso a Bancada do Partido dos Trabalhadores é contra, não contra uma ou outra parte, é contra a sua concepção, é contra ideologicamente a este tipo de proposição! Porque isso para favorecimento da minoria, aumenta este projeto a exclusão social. Este

projeto faz parte da cartilha do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, aquela cartilha que todos os líderes - todos do PFL, citados há pouco pelo Deputado Rossoni - a nível nacional, lêem, apoiam e querem ver executada. Porque o lucro maior é deles e da classe social que representam.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

Em votação o projeto...

Verificação de votação à pedido do Deputado Doutor Rosinha.

Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Vinte (20) aprovam.

Rejeitam: um (01).

Não há quorum para votação.

Vai se proceder a chamada nominal, a pedido do Deputado Rossoni.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados.)

Responderam à chamada nominal 23 Senhores Deputados.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 711/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que altera o Art. 1º da Lei nº 11.877, de 25 de novembro de 1997. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 222, de 09.12.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 711/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado João Techy Filho, tem por objetivo alterar o Art. 1º da Lei nº 11.877, de 25 de novembro de 1997.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 14
1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 715/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 112/97, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.326.727,00 (hum milhão, trezentos e vinte e seis mil, setecentos e vinte e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional, visando atender despesas com construção de salas de aulas em diversos municípios. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 715/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no

valor de R\$ 1.326.727,00 (hum milhão, trezentos e vinte e seis mil, setecentos e vinte e sete reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Programa de Obras, Anexo V do vigente Orçamento Geral do Estado, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) PODER EXECUTIVO

SUPLEMENTAÇÃO
DE DESPESA

A N E X O I
ANEXO

Fl. 01
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N.DO PROC COP
4300	Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional					
4330	Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR					
2153	Infra-Estrutura e Apoio Logístico à Rede Escolar e ao Estudante	4490,51	16	L	1.326.727	1381
T O T A L					1.326.727	

CANCELAMENTO
DE DESPESA

A N E X O II
ANEXO

Fl. 01
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N.DO PROC COP
4300	Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional					
4330	Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR					
1062	Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná - PQE/BIRD - FUNDEPAR	4490,51	16	L	1.326.727	1381
T O T A L					1.326.727	

SUPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS		A N E X O III ANEXO		Fl. 02 R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	N.DO PROC COP	
4300	Secretaria Especial de Desenvolvi- mento Educacional				
4330	Instituto de Desenvolvimento Educa- cional do Paraná - FUNDEPAR				
2153	Infra-Estrutura e Apoio Logístico a Rede Escolar e ao Estudante				
1202	Construir salas de aula, ambientes administrativos, melhorias em outras dependências nos municípios Estado	16	1.326.727	1381	
		T O T A L	TES.	1.326.727	
			O.F.	0	

CANCELAMENTO DAS OBRAS		A N E X O IV ANEXO		Fl. 02 R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	N.DO PROC COP	
4300	Secretaria Especial de Desenvolvi- mento Educacional				
4330	Instituto de Desenvolvimento Educa- cional do Paraná - FUNDEPAR				
1062	Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná - PQB/BIR - FUNDEPAR				
1065	Construir Salas de Escola Municipal em Areias (A)	16	151.599	1381	
0066	Construir Salas em Escola Municipal do Parque São Jorge (A)	16	15.507	1381	
0067	Construir Salas em Escola Municipal no Jardim Boa Vista III (A)	16	147.387	1381	
0068	Construir Salas em Escola Estadual no Bairro Dona Geni (A)	16	162.787	1381	
0070	Construir Salas em Escola Municipal do Conjunto Mutirão II/III (A)	16	149.920	1381	
0071	Construir Salas em Escola Estadual na Sede Setor B (A)	16	149.920	1381	
0072	Construir Salas em Escola Municipal Frei Corbiniano Koesner (A)	16	145.230	1381	
0073	Construir Salas em Escola Estadual no Jardim Santa Terezinha (A)	16	149.920	1381	
0074	Construir Salas em Escola Municipal no Jardim Copagro (A)	16	154.357	1381	
0075	Construir Salas em Escola Municipal no Jardim Paraná (A)	16	100.000	1381	
		T O T A L	TES.	1.326.727	
			O.F.	0	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 715/97

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, é originário da Mensagem Governamental nº 112/97 e objetiva a aprovação de Crédito Suplementar, na Ordem de R\$ 1.326.727,00 ao orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional.

A proposição objetiva dar cobertura orçamentária à execução de serviços com construção de salas de aula, ambientes administrativos, execução de melhorias em diversos municípios.

Analisando o projeto de lei à luz das Constituições Federal e Estadual; da legislação infraconstitucional que rege a matéria e do Regimento Interno desta Casa, nenhuma restrição se apresentou, portanto a proposição está em condições de merecer o parecer favorável desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 10.12.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 715/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 112/97, aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.326.727, ao vigente orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional, visando atender despesas com construção de salas de aulas, ambientes administrativos, execução de melhorias em diversos municípios.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o § 3º, do

Art. 33, do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontramos nenhum óbice quanto sua tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.12.97

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 716/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 113/97, que aprova ajuste no programa de obras no valor de R\$ 2.238.961,00 (dois milhões, duzentos e trinta e oito mil, novecentos e sessenta e um reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional, visando atender despesas com construção de salas de aulas e melhorias em outras dependências em diversos municípios. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 716/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica ajustado o Programa de Obras da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional constante do Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 2.238.961,00 (dois milhões, duzentos e trinta e oito mil, novecentos e sessenta e um reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) PODER EXECUTIVO

ACRÉSCIMO DAS OBRAS		A N E X O I ANEXO		Fl. 01 R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROC	
4300	Secretaria Especial de Desenvolvi- mento Educacional				
4330	Instituto de Desenvolvimento Educa- cional do Paraná - FUNDEPAR				
2153	Infra-Estrutura e Apoio Logístico à Rede Escolar e ao Estudante				
0202	Construir Salas de Aula, Ambientes Administrativos, melhorias em outras dependências nos municípios do Estado	16	2.238.961	1382	
		T O T A L	TES.	2.238.961	
			O.F.	0	

REDUÇÃO DAS OBRAS		A N E X O II ANEXO		Fl. 02 R\$ 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	N.DO PROC COP	
4300	Secretaria Especial de Desenvolvi- mento Educacional				
4330	Instituto de Desenvolvimento Educa- cional do Paraná - FUNDEPAR				
2158	Infra-Estrutura e Apoio Logístico à Rede Escolar e ao Estudante				
0035	Reconstruir o Colégio Estadual Enéas Marques Santos (A)	16	385.014	1382	
0050	Ampliar o Colégio Estadual Vicente Tomazina (A)	16	176.210	1382	
0056	Ampliar a Escola Estadual Jaime Ro- drigues (A)	16	222.933	1382	
0058	Construir Unidade Nova Escola Muni- cipal Guamiranga (A)	16	308.300	1382	
0086	Ampliar a Escola Estadual Vista Ale- gre (A)	16	148.526	1382	
0089	Ampliar a Escola Estadual Profª Regi- na M. Mello (A)	16	209.667	1382	
0100	Construir a Esc. Est. José Elias (A)	16	200.000	1382	
0103	Ampliar a Esc. Est. Efigênia P. Luz (A)	16	124.589	1382	
0160	Construir Salas de Aula e demais de- pendências na Escola Estadual Francis- co Derosso no Município de Curitiba (A)	16	394.020	1382	
0192	Construir demais dependências na Casa Est. PS Indígena Barão de Antonina em São Jerônimo da Serra (A)	16	69.700	1382	
		T O T A L	TES.	2.238.961	
			O.F.	0	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 716/97

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, é originário da Mensagem Governamental nº 113/97 e objetiva a aprovação de Ajuste Orçamentário, na ordem de R\$ 2.238.961,00 ao orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional.

O remanejamento orçamentário em análise viabilizará a construção de salas de aulas, ambientes administrativos, melhorias em outras dependências nos municípios do Estado.

Analizando o projeto de lei à luz das Constituições Federal e Estadual; da legislação infraconstitucional que rege a matéria e do Regimento Interno desta Casa, nenhuma restrição se apresentou, portanto a proposição está em condições de merecer o parecer favorável desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 10.12.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 716/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 113/97, aprova ajuste no Programa de Obras no valor de R\$ 2.238.961,00 (dois milhões, duzentos e trinta e oito mil e novecentos e sessenta e um reais) ao vigente orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o § 3º, do Art. 33, do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.12.97

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 717/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 114/97, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) ao vigente orçamento do Departamento de Estrada de Rodagem - entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, visando atender despesas com execução de serviços de revestimento primário no trecho Leopoldo Jacomel - Estrada da Graciosa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 717/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Programa de Obras constante do Anexo V da Lei nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) PODER EXECUTIVO

SUPLEMENTAÇÃO
DE DESPESAA N E X O I
ANEXOFl. 01
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N.DO PROC COP
7100	Secretaria de Estado dos Transportes					
7130	Departamento de Estradas de Rodagem DER					
7181	Apoio rodoviário aos Municípios	4490,51	25	L	70.000	1485
T O T A L					70.000	

CANCELAMENTO
DE DESPESAA N E X O II
ANEXOFl. 01
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N.DO PROC COP
7100	Secretaria de Estado dos Transportes					
7130	Departamento de Estrada de Rodagem DER					
7131	Estradas Rurais - Caminhos da Educação	4490,51	25	L	70.000	1381
T O T A L					70.000	

SUPLEMENTAÇÃO
DAS OBRASA N E X O III
ANEXOFl. 02
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROC
7111	Secretaria de Estado dos Transportes			
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER			
7131	Apoio Rodoviário aos Municípios			
7130	Executar serviços de revestimento primário no trecho Leopoldo Jacomel - Estrada da Graciosa (A)	25	70.000	1485
T O T A L		TES. O.F.	70.000 0	

CANCELAMENTO
DAS OBRAS

A N E X O IV
ANEXO

Fl. 02
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROC
7111	Secretaria de Estado dos Transportes			
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER			
1181	Estradas Rurais - Caminhos da Educação			
1118	Adequar trechos de estradas rurais Municipais (B)	25	70.000	1485
T O T A L		TES.	70.000	
		O.F.	0	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 717/97

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, é originário da Mensagem Governamental nº 114/97 e objetiva a aprovação de Crédito Suplementar, na ordem de R\$ 70.000, ao orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

A proposição objetiva dar cobertura orçamentária à execução de serviços de revestimento primário no trecho Leopoldo Jacomel - Estrada da Graciosa.

Analisando o projeto de lei à luz das Constituições Federal e Estadual; da legislação infraconstitucional que rege a matéria e do Regimento Interno desta Casa, nenhuma restrição se apresentou, portanto a proposição está em condições de merecer o parecer favorável desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 10.12.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 717/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 114/97, aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de

dezembro de 1996, no valor de 70.000 (setenta mil reais).

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o § 3º, do Art. 33, do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.12.97

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 718/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 115/97, que aprova ajuste orçamentário no valor de R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais) ao vigente orçamento do Departamento de Estrada de Rodagem - entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, visando possibilitar fiscalização e acompanhamento dos trechos do Programa "Caminhos da Educação. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 718/97
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica procedido um ajustamento orçamentário ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais), de acordo com os Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Fica procedido um ajuste no Programa de Obras constante do

Anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, conforme Anexo III desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.97.

(a) PODER EXECUTIVO

ACRÉSCIMO	A N E X O I	Fl. 01
DE DESPESA	ANEXO	R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N.DO PROC COP
7100	Secretaria de Estado dos Transportes					
7130	Departamento de Estradas de Rodagem DER					
1181	Estradas Rurais - Caminhos da Educação	4490,35	25	L	980.000	1494
T O T A L					980.000	

REDUÇÃO	A N E X O II	Fl. 01
DE DESPESA	ANEXO	R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N.DO PROC COP
7100	Secretaria de Estado dos Transportes					
7130	Departamento de Estrada de Rodagem DER					
1181	Estradas Rurais - Caminhos da Educação	4490,51	25	L	980.000	1494
T O T A L					980.000	

REDUÇÃO
DAS OBRASA N E X O III
ANEXOFl. 02
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROC
7100	Secretaria de Estado dos Transportes			
7130	Departamento de Estradas de Rodagem - DER			
1181	Estradas Rurais - Caminhos da Educação			
0064	Ter. Pav. Asf. Calc. p/ Prainha - Boa Esperança (A)	25	200.000	1494
0066	Ter. Pav. Asf. BR-277 - Três Fardas (A)	25	670.000	1494
0121	Terraplenagem e Pavimentação Asfáltica em Estradas Rurais (A)	25	110.000	1494
T O T A L		TES.	980.000	
		O.F.	0	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 718/97

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, é originário da Mensagem Governamental nº 115/97 e objetiva a aprovação de Ajuste Orçamentário, na ordem de R\$ 980.000, ao orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

O remanejamento orçamentário em análise viabilizará a fiscalização e acompanhamento dos trechos do Programa Caminhos da Educação.

Analisando o projeto de lei à luz das Constituições Federal e Estadual; da legislação infraconstitucional que rege a matéria e do Regimento Interno desta Casa, nenhuma restrição se apresentou, portanto a proposição está em condições de merecer o parecer favorável desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 10.12.97

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 718/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 115/97, aprova um ajuste orçamentário no valor de R\$ 980.000,00, ao vigente orçamento do Departamento de Estradas e Rodagem, entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, visando possibilitar fiscalização e acompanhamento dos trechos do Programa "Caminhos da Educação".

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o § 3º, do Art. 33, do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.12.97

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Sobre a mesa, Requerimento nº
3246, de autoria do Senhor Deputado
Nelson Garcia, constante do expedien-
te. Retirado pelo autor.

Nada mais havendo a tratar, de-
claro encerrada a presente sessão,
marcando outra para segunda-feira, dia
15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs
686, 711, 715, 716, 717 e
718/97.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei
nºs 359, 525 e 531/97.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº
582/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs
703, 713 e 714/97.

Levanta-se a sessão.